

REVISORES AUDITORES

Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

ISSN 2184-7886



Edição Especial do XIV Congresso OROC | Distribuição Gratuita

**Grande Entrevista
a Virgílio Macedo**
Presidente do XIV
Congresso OROC

**Entrevista a
Mário Freire,**
Presidente da
Comissão Científica
do XIV Congresso
OROC

**Artigo
Prémio
Gastambide
Fernandes**

Artigos de Opinião
Manuel Rodrigues
Rui Ribeiro
Pedro Brinca
Avelino Antão

**Entrevistas aos
Patrocinadores
do XIV Congresso
OROC**



CENTRO DE CONGRESSOS DO ESTORIL

4 A 5 DE NOVEMBRO

PROGRAMA

DIA 4 DE NOVEMBRO | SEXTA-FEIRA

14.30h | **Acreditação**

15.30h | **Sessão de Abertura**

Carlos Carreiras
Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Virgílio Macedo
Presidente do XIV Congresso

António Mendonça Mendes
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

José Tavares
Presidente do Tribunal de Contas

16.15h | **Atribuição de título de Membro Honorário**

16.30h | **1º Painei: "Desafios da Economia – A antevisão do futuro próximo"**

João Duque
Lisbon School of Economics and Management

António Costa Silva
Ministro da Economia e do Mar*

Francisco Assis
Presidente do Conselho Económico e Social

Moderador – Anselmo Crespo, Diretor de Novos Conteúdos TVI / CNN Portugal

17.30h | **Intervenção**

Mário Centeno
Governador do Banco de Portugal

18.30h | **Interrupção dos Trabalhos**

20.30h | **Jantar de Gala**

Estufa Fria (c/ concerto Áurea)

*a aguardar confirmação

DIA 5 DE NOVEMBRO | SÁBADO

09.30h | **Acreditação**

10.00h | **2º Painei: "Os desafios tecnológicos – Auditor 4.0"**

Carlos Cabreiro

Diretor da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica da PJ

Francisco Pires

Universidade de Coimbra, Blockchain e Criptoconomia

Magda Cocco

VdA Vieira de Almeida

Moderador – Luís Ferreira Lopes, Consultor (Estratégia e Comunicação)

11.00h | **Pausa para Café**

11.30h | **Intervenção**

Luís Marques Mendes

Conselheiro de Estado

12.00h | **3º Painei: "Novos Horizontes – O ESG como pilar de base"**

Elisa Ferreira

Comissária Europeia

José Miguel Pessanha

Administrador do Millennium BCP

Ana Trigo Morais

CEO Sociedade Ponto Verde

Luís Veiga Martins

Nova School of Business & Economics

Moderador – Cristina Esteves, Jornalista RTP

13.00h | **Interrupção dos Trabalhos**

Almoço

15.00h | **4º Painei: "O futuro da Profissão de Auditor"**

José Miguel Almeida

Administrador da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Alan Johnson

Presidente da IFAC (International Federation of Accountants)

Gabriela Figueiredo Dias

Presidente da IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants)

Olivier Boutellis-Taft

CEO da AE (Accountancy Europe)

Moderador – Vítor Gonçalves, Jornalista RTP

16.00h | **Prémio Gastambide Fernandes**

17.00h | **Sessão de Encerramento**

Mário Freire

Presidente da Comissão Científica do XIV Congresso

Virgílio Macedo

Presidente do XIV Congresso

Augusto Santos Silva

Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Marcelo Rebelo de Sousa

Sua Excelência o Presidente da República



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS
Integridade. Independência. Competência.

Com o Alto Patrocinio
de Sua Excelência



O Presidente da República

Patrocinadores Platinum

AON

BDO

Deloitte

EY
Building a better
working world

KPMG

mazars

pwc

SIPTA

Patrocinadores Gold

AGD
Auditing
Software
Distributor

**OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA**

Patrocinadores Silver

o3
o3ad print
communication

INOBEST
Consulting
caseware

Millennium
BPO

novobanco

PKF



Editorial

Virgílio Macedo
Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas



A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas celebra este ano de 2022, o 50.º Aniversário da Profissão, que culmina com a realização do XIV Congresso da OROC, a 4 e 5 novembro, no Centro de Congressos do Estoril.

Cabe-me a honra de presidir a este magno Congresso dos Revisores Oficiais de Contas, subordinado ao tema: 50 anos | Uma profissão para o País.

Desde já, o meu agradecimento a toda a Comissão Científica, na pessoa do seu Presidente Mário Freire, que preparou um programa que enaltece a profissão, dinamizado por momentos de intervenções oficiais, painéis de discussão com convidados de referência, *networking* e ainda um magnífico Jantar de Gala, com um momento musical imersivo, num dos espaços mais emblemáticos da cidade de Lisboa - a Estufa Fria.

Registo, ainda, o reconhecimento de todo o Conselho Diretivo, por todo o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão Organizadora e por todos os colaboradores da nossa Ordem, que começou a preparar este Congresso com um ano de antecedência para que esteja à altura daquilo que pretendemos e que a nossa profissão merece.

Esta edição especial, dá particular destaque e relevância, aos Patrocinadores Oficiais do XIV Congresso que, desde a primeira hora, se associaram a esta tão nobre iniciativa da Ordem para elevar a importância deste evento para a nossa profissão.

Muito obrigado a todos por tornarem este evento possível.

Permitam-me ainda destacar a participação de todos os colegas, de vários oradores, moderadores e palestrantes nacionais e internacionais, e a presença

de tantas Instituições, Associações e Congéneres que, com a sua presença, tanto enobrecem e enriquecem o nosso evento.

É com particular orgulho que vamos proceder à entrega do Prémio Gastambide Fernandes, pela primeira vez na história da OROC. A TODOS, muito obrigado pela colaboração, dedicação, participação e presença.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas vai continuar a privilegiar sempre a organização destes eventos, com vista à promoção, divulgação e notoriedade de uma profissão cada vez mais qualificada e com maior preponderância no tecido empresarial e na sociedade civil.

O sucesso do Congresso da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é o sucesso da nossa profissão.

Um abraço e até 2024.

Sumário



01 Editorial

03 Artigo

HISTÓRIA DOS 50 ANOS DA PROFISSÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS

05 Grande Entrevista

VIRGÍLIO MACEDO

Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

11 Entrevista

MÁRIO FREIRE

Presidente da Comissão Científica do XIV Congresso

13 Artigo de Opinião

DESAFIOS DA ECONOMIA – A ANTEVISÃO DO FUTURO PRÓXIMO

MANUEL RODRIGUES

Lecturer in Financial Management, King's College London

15 Entrevista

RUI GUERREIRO

Executive Director e Head of Affinity da Aon Portugal

17 Artigo de Opinião

OS DESAFIOS TECNOLÓGICOS – AUDITOR 4.0

RUI RIBEIRO

INOBEST Consulting, representante do Caseware® Working Papers™

19 Entrevista

RUI LOURENÇO HELENA

Head of Audit da BDO Portugal

JOÃO GOMES FERREIRA

Partner, Audit & Assurance Leader na Deloitte Portugal

JOÃO ALVES

Presidente do Conselho de Administração da EY Portugal

27 Prémio Gastambide Fernandes

31 Entrevista

PAULO PAIXÃO

Head of Audit & Assurance da KPMG Portugal

33 Artigo de Opinião

NOVOS HORIZONTES – O ESG COMO PILAR DE BASE

PEDRO BRINCA

Professor de Economia da Nova School of Business

35 Entrevista

JOSÉ REBOUTA

Partner, Audit & Assurance, co-Head of Industry & Services da Mazars Portugal

39 Entrevista

ANA LOPES

Assurance Lead Partner da PwC Portugal

41 Artigo de Opinião

O FUTURO DA PROFISSÃO DE AUDITORIA

AVELINO ANTÃO

Revisor Oficial de Contas

43 Entrevista

NUNO BAPTISTA

Founder Partner WISA, SIPTA Portugal

45 Fotografias do Atual Mandato



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

DIRETOR: Fernando Virgílio Macedo

DIRETOR ADJUNTO: Rui Pinho

COORDENADOR: Mário Freire

CONSELHO DE REDAÇÃO: Sérgio Pontes, Jorge Campino e Avelino Antão

DESIGN: Paula Coelho Dias

REDAÇÃO E SECRETARIADO: Ana Filipa Gonçalves, Sandra Rita, Alexandre Luz, Diogo Franco

PROPRIEDADE / EDITOR E REDAÇÃO: Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Rua do Salitre 51 | 1250-198 LISBOA | revista@oroc.pt | NIPC : 500918937 | Tel: 213 536 158 | Fax: 213 536 149

REGISTO DE PROPRIEDADE N.º 111 313 | DGCS SRIP DEPÓSITO LEGAL N.º 12197/87 | ISSN 2184-7886

EXECUÇÃO GRÁFICA: ACD Print, S.A. | Rua Marquesa d'Alorna 12, 2620-271 Ramada

ESTATUTO EDITORIAL EM: https://www.oroc.pt/uploads/publicacoes/estatuto_editorial/EstatutoEditorial2021.pdf

Distribuição Gratuita | Tiragem 1000 Exemplares

Os artigos são da responsabilidade dos seus autores, incluindo a opção ou não pelo novo acordo ortográfico, e não vinculam a OROC

Membro
Fundador
da:



Membro
da:



História dos 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas

Foi no repensar da sociedade portuguesa, em 1969, que Marcelo Caetano aprova o Decreto-Lei n.º 49381 de 13 de novembro, determinando que se procedesse à regulamentação da profissão de revisor. É com o **Decreto-Lei n.º 1/72 de 3 de janeiro** que surge uma nova classe de profissionais - os **Revisores Oficiais de Contas**.

A 6 de fevereiro de 1974 é publicada a **Portaria n.º 83/1974** pelas mãos do Juiz Conselheiro Manuel Arêlo Manso, que vem declarar constituída a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC).

Na sequência da 1.ª Assembleia Geral da CROC a 1 março de 1974, **MANUEL DUARTE BAGANHA** assume a presidência desta instituição e é eleito o primeiro Conselho Diretivo, no mandato que decorreu entre 1974 e 1976.

Época em que a profissão dá os primeiros passos, fortemente condicionada por momentos políticos, económicos e sociais, decorrentes do 25 abril de 1974. **HERNÂNI OLÍMPIO CARQUEJA**, viria a assumir a presidência da CROC, durante alguns meses.

Mais tarde e na sequência de eleições internas, **FRANCISCO AUGUSTO DOS SANTOS** assume a Câmara durante três mandatos consecutivos, entre 1976 e 1983. Diz a história que a profissão vivia os seus primeiros 7 anos, mas de longe os mais difíceis.

Entre 1975 e 1978, a profissão ficou estagnada, não tendo ocorrido as provas de aptidão para a profissão de ROC, provas estas que se tinham iniciado no ano de 1973. Nesta época ainda não existiam Normas Técnicas, nem tinha sido publicado o manual do Revisor. Não existia formação, nem um código de ética para reger a deontologia. Por isso se diz, que a profissão nasceu, mas não cresceu.

Nas décadas de 80 e 90, a profissão trabalhou sobre o mesmo regime jurídico, apesar da necessidade de adequação a tempos mais modernos. Surge a terceira regulamentação da profissão, através da aprovação do **Decreto-Lei n.º 422-A/93 de 30 de dezembro** e com ele o novo estatuto dos ROC. Este Estatuto resultou quer dos desenvolvimentos decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), a 1 de janeiro de 1986, quer do facto de ter sido aprovado o Código das Sociedades Comerciais.

Surgem os primeiros Regulamentos da Câmara: o Disciplinar, o de Exame, de Estágio, do Controlo da Qualidade e o Regulamento Eleitoral.

CARLOS RUIVO DE CARVALHO assume o cargo de Presidente através de sufrágio eleitoral, por falecimento de Francisco Augusto dos Santos, no mandato entre 1983 e 1986.

No âmbito do 10.º aniversário da profissão, inicia-se o ciclo de Encontros de Revisor Oficial de Contas que mais tarde se

rebaptizaram com a designação de Congresso. O I Encontro/ Congresso realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, corria o ano de 1984.

Três anos mais tarde, **MANUEL DE OLIVEIRA REGO** inicia um novo mandato como presidente da CROC, entre 1987 e 1997, no que foi o mandato mais longo que conhecemos até aos nossos dias. Este mandato foi marcado por contributos incontornáveis para a profissão, desde logo a atribuição de instalações dignas à profissão, bem localizadas no centro da cidade de Lisboa, nos dois palacetes que são hoje a atual sede da Ordem dos Revisores, sita na Rua do Salitre. Sob a sua direção, é pela primeira vez publicado o Boletim do ROC, que se mantém até aos dias de hoje com mais ou menos variação gráfica, na forma da Revista Revisores E Auditores.

Em 1991, torna-se obrigatória a preparação e revisão das contas consolidadas e é publicado o Código do Mercado de Valores Mobiliários. Neste ano, a Câmara dá um passo decisivo, no sentido de implementar o controlo de qualidade.

No ano de 1994, a profissão comemora os seus 20 anos e realiza-se o 5.º Congresso. Ultrapassados os primeiros desafios da profissão, rumava-se ao futuro, à procura do reconhecimento, do além-fronteiras e do mercado único.

JOSÉ VIEIRA DOS REIS é eleito o quinto e último presidente da CROC, em 1988. No ano seguinte institui-se a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas como Ordem Profissional e Vieira dos Reis é eleito o seu primeiro Bastonário, para o mandato entre 1999 e 2005.

Nos anos seguintes assistiu-se à viragem e ao crescimento da profissão, nomeadamente na instituição da obrigação do grau académico de licenciatura para o acesso à profissão, da necessidade de realização do exame de admissão à Ordem, da atribuição da responsabilidade da revisão legal de contas e de serviços relacionados à Ordem e da criação de duas novas categorias de membros - os ROC estagiários e os membros honorários.

No balanço dos primeiros **30 anos de profissão**, podemos afirmar que foram construídos **os pilares da profissão**.

Em 2001 é publicado o primeiro código de ética e de deontologia da profissão, cujo preâmbulo não deixa dúvidas quanto as novas exigências: o dever de independência e integridade dos ROC, impondo-se o dever de recusa de qualquer trabalho suscetível de colocar em causa os seus princípios.

O fenómeno da globalização, a integração europeia, a adoção do Euro e a crise marcaram definitivamente a profissão e o mandato de **ANTÓNIO GONÇALVES MONTEIRO**, entre 2006 e 2011.

Os ROC estavam prontos para dar o seu contributo, proporcionando apoio técnico tendo em vista a retoma económica a manutenção dos empregos e, acima de tudo, conhecimento e motivação no sector das PME.

Reforça-se a qualidade das revisões legais de contas, a independência, a integridade e a objetividade dos auditores, mas também a transparência da elaboração e divulgação dos relatórios de auditoria. Intensifica-se, ainda, o controlo de qualidade através da criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA).

Foi uma década de grande afirmação da profissão, em que os revisores/auditores não perderam a oportunidade para vincarem o seu papel na sociedade e na defesa do interesse público. Verifica-se o maior número de revisores inscritos na OROC num só ano, com um total de 76 candidatos admitidos. Fala-se em rejuvenescimento da profissão.

Em 2012, completam-se 40 anos de existência de ROC em Portugal e é eleito como Bastonário **JOSÉ MARIA MONTEIRO DE AZEVEDO RODRIGUES**, que cumpriu um mandato entre 2012 e 2017. Conscientes do crescimento e consolidação da profissão, mas também da sua responsabilidade num ambiente económico e social cada vez mais conturbado, cabia à Ordem o papel de timoneiro.

A profissão abre-se ao exterior, envolvendo a sociedade, designadamente o meio empresarial, o sector público e a cooperação entre múltiplos *stakeholders*. Crescia o contributo dado pelos revisores para as prestações de contas do sector público. Foi aprovada a Lei de enquadramento das associações públicas profissionais e abriram-se as portas à cooperação com organizações congéneres dos países de expressão portuguesa.

Corria o ano de 2015 e é aprovado o Estatuto da OROC, muito similar à versão que hoje conhecemos. É também publicado o regime de supervisão e auditoria, e a CMVM passa a ter a responsabilidade de assegurar o controlo de qualidade e os sistemas de inspeção dos ROC e das SROC que realizem a revisão legal de contas de Entidades de Interesse Público.

A OROC passou a emitir Guias de Aplicação Técnica e o normativo técnico da OROC passou a ser constituído pelas *International Standards on Auditing* (ISA).

A nível internacional intensificava-se o papel do IFAC e o trabalho desenvolvido pelas multinacionais de auditoria.

O ano de 2015 não terminaria sem ser publicado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

As dificuldades crescentes na economia portuguesa aliadas a uma carga fiscal sem paralelo, constituíam campos propícios para assombrar o ambiente em que se exercia a profissão de revisor/auditor. Assistimos a alterações significativas em relação a matérias como a comunicação, a transparência, a credibilidade, o julgamento profissional, a supervisão e o controlo de qualidade.

Inicia-se com **JOSÉ RODRIGUES DE JESUS** um novo mandato, entre 2018 e 2020, marcado por novos temas em debate tais como a proteção de dados e o branqueamento de capitais.

O ano de 2020 trouxe a Portugal e ao Mundo a crise pandémica de COVID-19 e a profissão fica marcada por novos desafios a que se exigia uma resposta por parte dos Revisores Oficiais de Contas. Perante esta nova realidade, verificou-se uma forte adoção do teletrabalho, da revisão de contas remota, e ainda de seminários, encontros e formação à distância.

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO é empossado o quinto Bastonário da História da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a 7 de janeiro de 2021, ano em que o mesmo comemora 25 anos de profissão. A eleição deu-se a par da escolha de um novo Conselho Diretivo, sobre o lema **“uma Ordem para a profissão, uma profissão para o país”**.

Abre-se definitivamente um novo ciclo que se materializa por numa nova visão para a profissão e para a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Mais do que nunca, é fundamental garantir a transparência da informação financeira tanto no sector privado como no sector público, bem como garantir a valorização da profissão assente na dinamização da classe e no reconhecimento público da responsabilidade da auditoria e revisão de contas em Portugal.

O país urge por revisores e auditores de excelência, com um novo perfil para reforçar a sua importância na atividade económica e na sociedade, que domine as tecnologias de informação, a desmaterialização da informação financeira, as novas abordagens nos processos de auditoria, a *Data & Analytics*, a automatização e a inteligência artificial. Portugal precisa de uma Ordem reconhecida pela sua relevância económica e social. A Integridade, Independência, Competência, Cooperação, Transparência, Notoriedade e Credibilidade são os pilares que têm orientado o trabalho da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Intensifica-se o diálogo com o Governo, com inúmeras instituições nacionais e congéneres com um único objetivo, o de alavancar a profissão mantendo os seus valores de origem: a Integridade, a Independência e a Competência, na defesa dos direitos e do superior interesse público da profissão.

Dias antes da profissão comemorar o seu quinquagésimo aniversário, é publicada a última revisão dos Estatutos da OROC, que trouxe algumas alterações com impacto na atividade dos ROC. Foram clarificadas regras de independência, de comunicação, de acesso à profissão, e abriu-se a possibilidade de reconhecimento de auditores de outros países em condições de equivalência. O caminho é marcado pela especialização e pelo trabalho sem fronteiras.

Este ano, cumpridos 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas, escrevem-se as primeiras linhas dos próximos anos.

A história, continua...



Virgílio Macedo

Bastonário da Ordem dos
Revisores Oficiais de Contas

Tomou posse como Bastonário em 2021, ano em que completou 25 anos de profissão, tornando-o no mais jovem revisor/auditor eleito para o mais alto cargo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Perante uma conjuntura social e económica complexa, consequência da pandemia de covid-19 e pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia, Fernando Virgílio Macedo enfrentou e continua a enfrentar grandes desafios no seu mandato. Sobre o futuro da profissão, pretende contribuir para enaltecer o prestígio da mesma, respeitando a missão, princípios e valores inerentes à Ordem.

• **Que balanço faz do primeiro ano de mandato (tríénio 2021/2023) enquanto Bastonário da OROC?**

O ano de 2021 foi naturalmente difícil, mas notável no que respeita a desafios potenciados pela vontade de recuperação económica na resposta à pandemia de covid-19. É certo que esta conjuntura colocou vários constrangimentos à atividade da Ordem, mas a verdade é que conseguimos cumprir o Plano de Atividades e Orçamento proposto, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados ainda com maior qualidade e rigor e promover novas iniciativas.

Entre as diversas iniciativas deste Conselho Diretivo durante o ano de 2021, destaco o retomar dos contactos institucionais entre a OROC e as mais diversas entidades públicas e governamentais, em nome da defesa e dos interesses da profissão, o retomar das sessões de entrega dos Certificados aos novos Revisores e as sessões de Homenagem aos nossos ilustres colegas que completaram 25 e 40 anos de profissão e que são uma incontornável referência para todos nós. Foi ainda possível desenvolver atividades de proximidade com os membros da Ordem, com as nossas congéneres em Cabo Verde e Moçambique. Permita-me realçar o marco histórico de termos conseguido assinar com a nossa congénere de Moçambique um acordo de duplo reconhecimento, o que permitirá a todos os membros da OROC, terem a possibilidade de exercer a sua atividade nesse país.

O primeiro ano de mandato foi extremamente exigente para este Conselho Diretivo e para a Ordem, mas foi também um ano de grandes apostas na área da formação de forma a robustecer das competências dos Revisores Oficiais de Contas e a reforçar a vontade de fazer mais e melhor. A criação da “Academia OROC”, é para mim um dos projetos implementados que mais me orgulho, pois não tenho dúvida nenhuma que terá um impacto muito positivo na formação futura de quadros na nossa profissão. O desenvolvimento inicial de um Programa de Formação de Trainees, que terá a sua evolução natural na criação subsequente de um Programa de Formação para Seniores e Supervisores, foi desenhado para dar resposta às necessidades identificadas no apoio da formação dos Revisores e Auditores. Queremos que todos, sem exceção, tenham a mesma possibilidade de acesso ao conhecimento e à formação evolutiva, independentemente de exercerem a sua atividade em grandes ou pequenas em empresas de auditoria.

“O primeiro ano de mandato foi extremamente exigente para este Conselho Diretivo e para a Ordem, mas foi também um ano de grandes apostas na área da formação de forma a robustecer das competências dos Revisores Oficiais de Contas e a reforçar a vontade de fazer mais e melhor.”

A nossa atividade foi pautada por critérios de elevada transparência, mas acima de tudo com muito empenho e trabalho. Por isso, deixo o meu agradecimento a todos os membros da Ordem que deram o seu contributo para elevar esta nobre profissão e reforçar a importância do trabalho da OROC no serviço ao interesse público e desenvolvimento económico de Portugal. Quero ainda agradecer, a todo o Conselho Diretivo, que me acompanha nesta jornada. Cada um, nas suas áreas em particular, incluindo a atividade em Comissões e Grupos de Trabalho, tem desenvolvido um trabalho ímpar que tem sido reconhecido em várias instâncias em prol da melhoria contínua do serviço que prestamos aos nossos membros e ao país.

• **Quais os maiores desafios que encontrou nesse período?**

Em 2021, a Ordem enfrentou enormes desafios, em grande parte devido aos constrangimentos resultantes da pandemia de covid-19, desde os sucessivos confinamentos aos impactos nos diferentes níveis da vida em sociedade. Ao nível interno, enfrentamos igualmente desafios em dimensões como os recursos humanos e patrimoniais, que evidenciaram a necessidade de reestruturar a organização e o funcionamento da Ordem, para melhorar a qualidade do apoio a todos os nossos membros. Apercebemo-nos, desde cedo, que este trabalho de reestruturação, apesar de representar pouca visibilidade para o exterior, exigia uma resposta rápida e eficaz para o bom desempenho das atividades desenvolvidas na Ordem.

Finalmente, entre muitos outros desafios, realço igualmente a importância da permanente promoção do alargamento do mercado e da continuação da cooperação com as nossas congéneres.

Considero que o futuro da Ordem e da profissão deve estar alicerçado na rede de apoio que prestamos aos nossos membros, no sentido da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, numa relação de proximidade e colaborativa. É motivo de orgulho saber que, após um ano complexo, todos os desafios apresentados à Ordem foram e continuam a ser superados, resultado não só do esforço conjunto do Conselho Diretivo e de todos os membros que todos os dias trabalham para elevar a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas para uma nova era, mas também de todos os seus colaboradores e funcionários.

“É motivo de orgulho saber que, após um ano complexo, todos os desafios apresentados à Ordem foram e continuam a ser superados, resultado não só do esforço conjunto do Conselho Diretivo e de todos os membros que todos os dias trabalham para elevar a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas para uma nova era, mas também de todos os seus colaboradores e funcionários.”

• **Que trabalho tem sido desenvolvido tendo em vista a aproximação da Ordem aos seus membros?**

O nosso lema é: **“Uma Ordem para a profissão, uma profissão para o país”**. Neste sentido, a Ordem dá prioridade máxima à capacitação e formação de todos os membros para melhorar a qualidade do trabalho realizado e, consequentemente, dos serviços prestados aos clientes. É dessa forma que também podemos ter ‘Uma Ordem para a profissão’. A formação é assim, e continuará a ser, um dos nossos pilares fundamentais, tendo por objetivo o reforço de competências e permitir uma permanente atualização técnica e deontológica de todos os Revisores, no que constitui também uma aproximação da Ordem aos seus membros. Além da criação de cursos específicos na Academia OROC para trainees, e auditores sénior, como já referi, a Ordem reforçou ainda a formação contínua, com enfoque nos aspetos práticos das Normas Internacionais de Auditoria, o apoio contínuo do departamento técnico e as consultas públicas no âmbito das GAT, entre outras iniciativas.

“...a Ordem dá prioridade máxima à capacitação e formação de todos os membros para melhorar a qualidade do trabalho realizado e, consequentemente, dos serviços prestados aos clientes. É dessa forma que também podemos ter ‘Uma Ordem para a profissão’.”

Foi igualmente notável o trabalho que desenvolvemos no âmbito da comissão de inscrição na Ordem, que simplificou os seus procedimentos administrativos, diminuído a sua burocracia gratuita, o qual teve repercussões diretas e extremamente positivas na agilização dos processos de alteração efetuados por todos os membros quer no âmbito individual quer no âmbito de uma sociedade de revisores de contas.

Temos também vindo a desenvolver atividades de comunicação regular com os Revisores sobre qualidade dos trabalhos de Revisão/Auditoria com a finalidade de prevenir incumprimentos profissionais ou infrações de disposições legais. Destacamos também a operacionalização do processo de supervisão, qualificação e desenvolvimento da atividade profissional na OROC, nomeadamente no acompanhamento da verificação dos requisitos no âmbito das designações oficiosas e na análise da atividade profissional dos revisores quanto à regularidade e conformidade das suas comunicações.

Ainda no âmbito do controlo de qualidade, introduzimos melhorias nos processos do quadro de início de novo ciclo de seis anos e preparámos *guidelines* tendentes a assegurar a consistência na identificação das observações dos controlos de qualidade e, num esforço conjunto com o Regulador, *guidelines* para a melhoria de documentação e boas práticas de apoio ao processo de auditoria. Todo este trabalho é um resultado notável decorrente da promoção de uma comunicação regular com os Revisores e Auditores.

O Conselho Diretivo decidiu ainda alavancar a sua transformação digital da OROC, cujo concurso público foi lançado este ano, com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta e qualidade do serviço, a par da evolução das tecnologias da informação e comunicação. E porque a nossa missão é unir todos os Revisores e Auditores para afirmar esta nobre profissão enquanto garante do interesse público, na atividade económica e na sociedade, estão também a ser feitos enormes esforços que visam a remodelação da sede da OROC - símbolo da profissão e “casa” de todos os Revisores e Auditores.

• **Perante a atual conjuntura, quais os maiores desafios que antevê para os Revisores Oficiais de Contas e Auditores?**

Portugal e o mundo vivem uma nova realidade, cada vez mais imprevisível. A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e o contexto económico decorrente deste conflito tornam difícil de prever e antecipar, de forma fiável, os períodos que se avizinharam, que poderão também vir a ser marcados pelo aumento dos casos de covid-19 e de gripe em simultâneo, à semelhança do que aconteceu durante o inverno no hemisfério sul. A inflação e consequente perda do poder de compra dos salários, a subida do preço da energia, o aumento das taxas de juro e a perspetiva de recessão impõem que as empresas se robusteçam para, também elas, conseguirem ultrapassar as dificuldades. Neste sentido, valores como a integridade, competência, independência e responsabilidade profissional tornam-se ainda mais importantes, no exercício da nossa profissão de interesse público junto das mesmas.

Os meses que se avizinham exigem uma classe profissional mais reconhecida junto de legisladores, reguladores e supervisores, e que tenha a sua atividade valorizada face às suas responsabilidades, especialmente num momento em que se discute uma alteração à Lei-Quadro das Ordens Profissionais.

Considerando a atual conjuntura e os desafios que a mesma coloca, a Ordem reforça o seu compromisso na defesa do interesse dos portugueses. Será com elevado empenho, foco e dedicação de todo o Conselho Diretivo que iremos trabalhar para tornar possível a realização e boa execução do Plano de Atividades, pelo reconhecimento da profissão, bem como dos seus valores, notoriedade e credibilidade, enaltecendo, acima de tudo, o desempenho enquanto verdadeiros fiscalizadores públicos.

“Os meses que se avizinham exigem uma classe profissional mais reconhecida junto de legisladores, reguladores e supervisores, e que tenha a sua atividade valorizada face às suas responsabilidades...”

• **Quais os principais contributos da OROC para a estabilidade económica de Portugal?**

A profissão de revisor e auditor é a referência na garantia da fiabilidade, da credibilidade da informação financeira provinda de múltiplas entidades, da confiança e da transparência da informação financeira quer no setor privado, quer no público. Por isso, a nossa classe profissional tem um impacto real no sucesso do tecido empresarial português e, consequentemente, na estabilidade da economia do país. O nosso trabalho é crucial para dar confiança aos investidores, presentes e futuros.

“A profissão de revisor e auditor é a referência na garantia da fiabilidade, da credibilidade da informação financeira provinda de múltiplas entidades, da confiança e da transparência da informação financeira quer no setor privado, quer no público.”

É de destacar também a iniciativa conjunta entre a OROC, o Grupo de Trabalho de Fundos Comunitários e Incentivos, e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, onde ficou definida a ação dos Revisores em trabalho de conformidade na execução do Plano de Recuperação e Resiliência e no âmbito do novo Quadro Comunitário, de forma a garantir o rigor e a transparência nos avultados investimentos que serão realizados.

A OROC marcou e reforçou igualmente a sua presença em outros grupos de trabalho como a Comissão de Coordenação

das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e o grupo de trabalho para a prevenção de riscos psicossociais associados ao trabalho das profissões autorreguladas.

Destaco ainda as diversas reuniões do Conselho Nacional das Ordens Profissionais que procuraram encontrar respostas, por exemplo, às renovações do Estado de Emergência no âmbito da pandemia de covid-19, à consequente crise e também à importante questão da implementação da desmaterialização nas Ordens Profissionais, naquilo que constitui esforços de promoção da autorregulação e da descentralização administrativa.

• **Na sua leitura, o que destacaria no trabalho desenvolvido pela Ordem no reforço das relações internacionais e cooperação entre as entidades que trabalham a revisão e auditoria de contas?**

A Ordem levou a cabo várias ações de promoção e troca de conhecimento sobre melhores práticas com entidades governamentais de outros países com ordens profissionais representativas dos auditores e revisores.

Recentemente, a OROC foi um dos principais patrocinadores do XX Encuentro Internacional AECA [Asociación Española de Contabilidad y Administración] e esteve presente no evento, dando continuidade à promoção do intercâmbio académico e científico entre instituições de ensino superior portuguesas e instituições estrangeiras.

Destaco, naturalmente, o acordo que existe de cooperação de formação com a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), que estabelece um plano de trabalho conjunto entre as duas ordens em assuntos relacionados com a especialidade dos contabilistas e auditores. O objetivo desta cooperação é o de aprofundar e avaliar o conhecimento de candidatos à inscrição na OCAM como auditores, mas também fomentar um reconhecimento mútuo e recíproco dos profissionais de ambos os países que permita desta forma a inscrição de membros de uma Ordem na outra. A presença da OROC na reunião da União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP) veio enaltecer o papel da Ordem relativamente a esse acordo com Moçambique, como verdadeiro marco histórico.

De apontar também que, em junho de 2021, a OROC foi recebida pelo Ministro das Comunidades cabo-verdiano, Jorge Santos. Nesse encontro, mostrámos a nossa disponibilidade para cooperação no desenvolvimento do mercado de auditoria, com a Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas de Cabo Verde. Já na nossa sede, recebemos uma delegação do Ministério do Tesouro e das Finanças da Turquia. A reunião foi realizada no âmbito do projeto europeu intitulado “Assistência Técnica para a Capacidade Reforçada de Contabilidade do Setor Público” e contribuiu para a discussão de especificidades da auditoria aplicada a entidades do setor público e do setor empresarial do Estado.

Acredito que o investimento nas relações internacionais da OROC é fundamental para a evolução da profissão e para o estabelecimento das melhores práticas de revisão e auditoria em Portugal e em todos os países que participam na partilha de conhecimento nestes domínios.

“Acredito que o investimento nas relações internacionais da OROC é fundamental para a evolução da profissão e para o estabelecimento das melhores práticas de revisão e auditoria em Portugal e em todos os países que participam na partilha de conhecimento nestes domínios.”

- **No dia 31 de dezembro foi publicada a Lei nº 99-A/2021, que formalizou alterações, entre outros diplomas, ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria. Que impacto tiveram estas alterações legislativas na atividade dos Revisores Oficiais de Contas e Auditores?**

As alterações em termos do EOROC não são muito significativas, mas relativamente à parte da auditoria realço de forma muito positiva a redefinição das entidades de interesse público. Essa sim foi uma alteração significativa e importante para a profissão.

Relativamente ao acesso à profissão, passou a ser aceite qualquer licenciado, independentemente do momento em que completou a sua formação, e foram ainda alinhadas as situações de possibilidade de reconhecimento de auditores de países terceiros em condições de equivalência.

Foram efetuados ajustamentos de melhoria na coerência e referenciação mais abrangente para legislação europeia no que concerne à revisão legal de contas.

Foi acrescentado um dever de informação à CMVM, no âmbito do registo sobre o exercício das funções em regime de dedicação exclusiva ou não dedicação exclusiva. Instituiu-se igualmente a obrigação de celebração de contratos para todas as funções de interesse público, na revisão legal de contas e qualquer outra função, estabelecendo os prazos para o efeito, e clarificam-se as comunicações de independência a serem prestadas pelo auditor ao órgão de fiscalização, no caso de revisão legal a entidades de interesse público.

- **Como descreve o relacionamento da OROC com os decisores políticos?**

O trabalho realizado pelo Conselho Diretivo da OROC junto dos grupos parlamentares da Assembleia da República prévio à aprovação da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro de 2021, foi determinante para o sucesso alcançado na defesa dos interesses da profissão.

Este trabalho teve como objetivo verter na Lei a revisão do elenco das entidades de interesse público à luz da realidade nacional, não permitir que o capital das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas pudesse ser detido maioritariamente por

sócios não revisores, bem como delimitar um alcance temporal na apreciação da idoneidade.

Embora a pandemia de covid-19 tenha colocado alguns desafios na velocidade de articulação entre a OROC e os decisores políticos, considero que a nível global, o relacionamento com os decisores políticos tem demonstrado evoluções francamente positivas, em particular na abertura e transparência das temáticas em discussão.

Durante o primeiro ano de mandato, e até ao momento, foi possível manter uma permanente comunicação entre o Conselho Diretivo e órgãos governativos. Desde logo, e a par como vice-presidente da OROC, Rui Pinho, tive a possibilidade de ser recebido por Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e de debater impressões relativamente ao papel e à importância dos auditores para a credibilidade e a transparência da informação financeira em Portugal.

O trabalho desenvolvido em proximidade com o Governo é evidenciado através das reuniões realizadas com o então Ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, e com os Secretários de Estado das Finanças e dos Assuntos Fiscais, que contribuíram para refletir sobre o papel dos Revisores na validação do Plano de Recuperação e Resiliência e discutir a necessidade de se garantir o controlo efetivo sobre as entidades legalmente sujeitas a auditoria e revisão legal de contas, entre outras questões. É importante ainda referir a reunião realizada com a Presidente do Instituto de Registos e Notariado (IRN), com vista a um protocolo entre a OROC e o IRN com vista à necessidade de controlo das entidades sujeitas a revisão legal de contas.

Também neste aspeto, a CMVM na qualidade de regulador é uma entidade com a qual a OROC tem mantido uma relação de cooperação, não obstante a independência de ambas as instituições, com vista a atingir um objetivo comum: a melhoria da qualidade dos serviços de auditoria.

- **No ano em que a profissão comemora 50 anos de existência, que mensagem deixa aos seus pares?**

Completar 50 anos de profissão é um marco que fica para a história, mas mais importante que o nosso passado é o nosso futuro. A mensagem que deixo para todos é que acredito que a nossa profissão é uma profissão com e de futuro. É uma profissão que oferece uma robusta evolução pessoal e profissional a todos os seus membros e colaboradores, totalmente adaptada aos novos tempos digitais, o que lhe permite ter a ambição de captar e reter talento. Continuarmos a honrar os nossos compromissos e valores profissionais será sem dúvida o caminho mais sustentável para a nossa profissão. No nosso dia a dia nunca podemos esquecer que somos uma profissão de interesse público, fundamental para o transparente e bom funcionamento da atividade económica e dos mercados, e é nesse sentido que somos ‘Uma profissão para o país’.



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.



A intervenção do ROC é um fator de confiança do mercado e visa proteger o interesse público

*O ROC avalia riscos, promove a legalidade
e ajuda a encontrar soluções*

 @OrdemROC
 ordem_revisores_oficiaiscontas
 linkedin.com/company/ordem-
dos-revisores-oficiais-de-contas
 www.oroc.pt

SEDE:
Rua do Salitre n.º 51
1250-198 Lisboa
T 213 536 158 | 213 536 149

SERVIÇOS REGIONAIS DO NORTE:
Avenida da Boavista n.º 3477/3521, 2.º
4100-139 Porto
T 226 168 117 | 226 102 158

Instagram – https://www.instagram.com/ordem_revisores_oficiaiscontas/?utm_medium=copy_link

Facebook – <https://www.facebook.com/OrdemROC>

LinkedIn – <https://www.linkedin.com/company/ordem-dos-revisores-oficiais-de-contas/?originalSubdomain=pt>



Mário Freire

Presidente da Comissão Científica do XIV Congresso

- **Qual a importância do XIV Congresso OROC para a valorização da profissão de revisor e auditor?**

Este ano, o XIV Congresso da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas tem um significado muito especial, pois, trata-se de comemorar os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Não poderia deixar de aceitar o convite para presidir a este congresso e de me fazer acompanhar por uma comissão científica que muito se empenhou para apresentar um programa ímpar, que promova a reflexão da evolução da profissão aos nossos dias, mas acima de tudo, uma reflexão dos próximos anos. O tema escolhido para este congresso “50 anos | uma profissão para o país”, espelha bem a dimensão e a importância das comemorações.

- **O Congresso divide-se em 4 painéis com subtemas diversos. Qual a preocupação nestas escolhas?**

Preocupamo-nos em selecionar temáticas nucleares com enfoque nos desafios da economia, nas ameaças ambientais, nas novas tecnologias de informação e no futuro da profissão. Mas as temáticas por si só, não nos levam mais longe. Foi preciso encontrar oradores de elevada relevância quer nacional, quer internacional, para que possamos dar a dimensão global que pretendíamos, essencialmente focados no futuro. Durante dois dias, vamos falar e focarmo-nos no futuro, e ter um espaço onde a partilha do conhecimento vai imperar, alicerçado em meios áudio visuais modernos que permitem ter uma elevada dinâmica com envolvimento de todos os congressistas. Um congresso é acima de tudo um evento de reflexão, de crescimento e partilha.

“Durante dois dias, vamos falar e focarmo-nos no futuro, e ter um espaço onde a partilha do conhecimento vai imperar, alicerçado em meios áudio visuais modernos que permitem ter uma elevada dinâmica com envolvimento de todos os congressistas. Um congresso é acima de tudo um evento de reflexão, de crescimento e partilha.”

- **O Congresso tem também uma forte componente internacional. Quais as principais metas a cumprir no presente mandato para o posicionamento internacional da OROC?**

Muito mais do que uma forte componente internacional, trata-se de envolver todos os stakeholders cujo pensamento crítico nos possa fazer refletir em conjunto. Além do IFAC, da Accountancy Europe, da representação da Comissão Europeia,

e do IESBA, temos este ano presentes, os representantes das Ordens Profissionais de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e de todos aqueles que ainda se vão juntar a este momento nobre e de comemoração, permitindo uma interação entre os congressistas, com diversos períodos aptos a desenvolver essa tão importante relação de convívio e partilha de experiências, com especial destaque para uma comunidade lusófona, que partilha a mesma língua, que se espalha pelo mundo inteiro e que nós, Ordem, devemos contribuir para a intensificação dessa interação e cooperação.

- **No ano em que a profissão comemora 50 anos de existência, que mensagem deixa aos seus pares?**

Quero deixar os meus parabéns e um forte sentimento de orgulho a todos os meus pares, em especial aos pioneiros da profissão que tiveram um papel fundamental para a Instituição que hoje representamos. Nas comemorações dos 50 anos de profissão, há a preocupação de privilegiar ações viradas para o futuro, mas, acima de tudo, de envolver e aproximar os colegas revisores e auditores mais jovens, demonstrando que a profissão está viva, é sustentável e tem um longo futuro pela frente. A profissão evoluiu muito e vai evoluir muito mais. O contributo de todos os que hoje estamos no ativo é necessário para marcar os próximos anos. Apelo, por isso, à participação, coesão e envolvimento da vida interna da Ordem como defensora máxima da profissão e que individualmente se mantenham os princípios éticos e os valores basilares da nossa Ordem, como a integridade, independência e competência que nos é reconhecida como revisores oficiais de contas e auditores. É fundamental percebermos o tempo e o mundo presente para que saibamos honrar a nossa história e estar à altura dos desafios da sociedade do amanhã. Que este Congresso sirva para inspirar os próximos anos.

“Nas comemorações dos 50 anos de profissão, há a preocupação de privilegiar ações viradas para o futuro, mas, acima de tudo, de envolver e aproximar os colegas revisores e auditores mais jovens, demonstrando que a profissão está viva, é sustentável e tem um longo futuro pela frente.”

Desafios da Economia – A Antevisão do Futuro Próximo

Manuel Rodrigues

*Lecturer in Financial Management,
King's College London*

Aproximamo-nos do final de mais um ano atípico. Nos últimos 36 meses enfrentámos múltiplas vagas de uma pandemia que foi responsável pela maior contração do PIB da economia global que há memória. À boleia de um cocktail de estímulos monetários e económicos sem paralelo, assistimos a uma recuperação tão vigorosa que deixou o mundo na vertigem de uma inflação crescente. Graças a políticas coordenadas entre Bancos Centrais, Instituições Multilaterais e Governos foi possível num curto espaço de tempo repor o Produto Interno Bruto (PIB) global perdido na pandemia e colocar a economia mundial a crescer 6 por cento em 2021. Esta vaga de forte crescimento na esteira de um período de quase inatividade económica deixou as cadeias logísticas em rutura e elevou a inflação global para máximos de 40 anos. A taxa de inflação homóloga em fevereiro de 2022 acelerou para 7,9%¹ nos EUA e 5,8%² na UE - numa trajetória ascendente de 12 meses consecutivos. Ao longo de 2022 a inflação manteve-se elevada atingindo em setembro o patamar de 8,2% nos EUA e 9,9% na Área Euro, para a qual contribuiu o agravamento do contexto geopolítico.

Em 2022 e para conter a inflação, a generalidade dos bancos centrais nas várias regiões do globo avançaram com uma subida da taxa de juro diretora. Diversos países emergentes (que têm sido fustigados por décadas de inflação persistente) não hesitaram em avançar com uma subida enfática da taxa diretora. Veja-se o caso do Brasil: O Banco Central do Brasil subiu a taxa diretora *Selic* para 13,75% para dar resposta a uma inflação de 7% e afirmou no seu último comité de política monetária que poderá ajustar ainda mais a política monetária “caso o processo de desinflação não ocorra como esperado”. Já as economias avançadas, com níveis de endividamento mais elevados, têm apostado num plano de mitigação da inflação mais gradual. Os Estados Unidos, hoje com uma inflação em torno de 8%, preveem chegar ao final do ano com uma taxa de juro diretora em torno dos 4%. Como resultado da subida da taxa diretora, a generalidade das famílias e das empresas começam a assistir a um aumento substancial dos encargos com o serviço da dívida que se traduz numa erosão do seu rendimento disponível. Conter a inflação nas economias desenvolvidas será uma tarefa exigente dado que, em resultado da elevada inflação, a generalidade das economias avançadas continua a financiar-se a taxas de juro reais negativas³.

Há, contudo, algumas notícias mais favoráveis no horizonte - a recente redução expressiva do preço das matérias-primas e da alimentação (apenas verificada ainda no mercado grossista) antecipa alguns sinais de abrandamento da inflação. Desde o início do ano a cotação em dólares do cobre, da prata, do alumínio reduziu cerca de 20% - tendo esta redução sido menos expressiva na área Euro, em resultado da forte desvalorização



do euro face ao dólar. Também o índice dos custos de matérias-primas alimentares publicado pelas Nações Unidas cai há 6 meses consecutivos. Este índice alimentar acumula já uma queda de 20% desde o início do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e está a um patamar inferior ao final de dezembro de 2021. Para que a União Europeia possa mitigar de forma eficaz a inflação, é central continuar a desenvolver à imagem dos Estados Unidos um plano para reduzir a inflação. O «*Inflation Reduction Act*» aprovado pelo Congresso norte-americano no final de 2021 apresenta um conjunto de incentivos orientado em 5 eixos - descarbonização da economia, mobilidade, promover tecnologias limpas, investimento na produção de energia doméstica, reforço da segurança energética, apoios à indústria e reforço da segurança alimentar. Os últimos anos mostraram bem a importância de a União Europeia garantir que a médio prazo alcança níveis de autonomia alimentar e energética, ao mesmo tempo que promove o encurtamento das cadeias logísticas. É também essencial que a União Europeia se possa preparar para dar resposta a esta e às próximas crises, criando um instrumento preventivo de resposta conjunta aos principais riscos globais que, desde 2005, têm sido assinalados no Relatório de Riscos Globais publicado pelo Fórum Económico Mundial⁴.

O ano de 2023 traz novos desafios e põe à prova a nossa capacidade coletiva de reinventarmos soluções para enfrentar uma crise energética e inflacionista que pode ter contornos parecidos à crise energética da década de 70. Ao contrário da pandemia e de um vírus desconhecido, desta vez os desafios que enfrentamos e as soluções para os ultrapassar são amplamente conhecidos. Compete-nos continuar a implementar uma resposta multilateral coordenada para que possamos ancorar as expectativas de inflação e preservar o crescimento económico.

NOTAS

1 Taxa variação homóloga Inflação CPI, Fevereiro 2022, The US Bureau of Labor Statistics

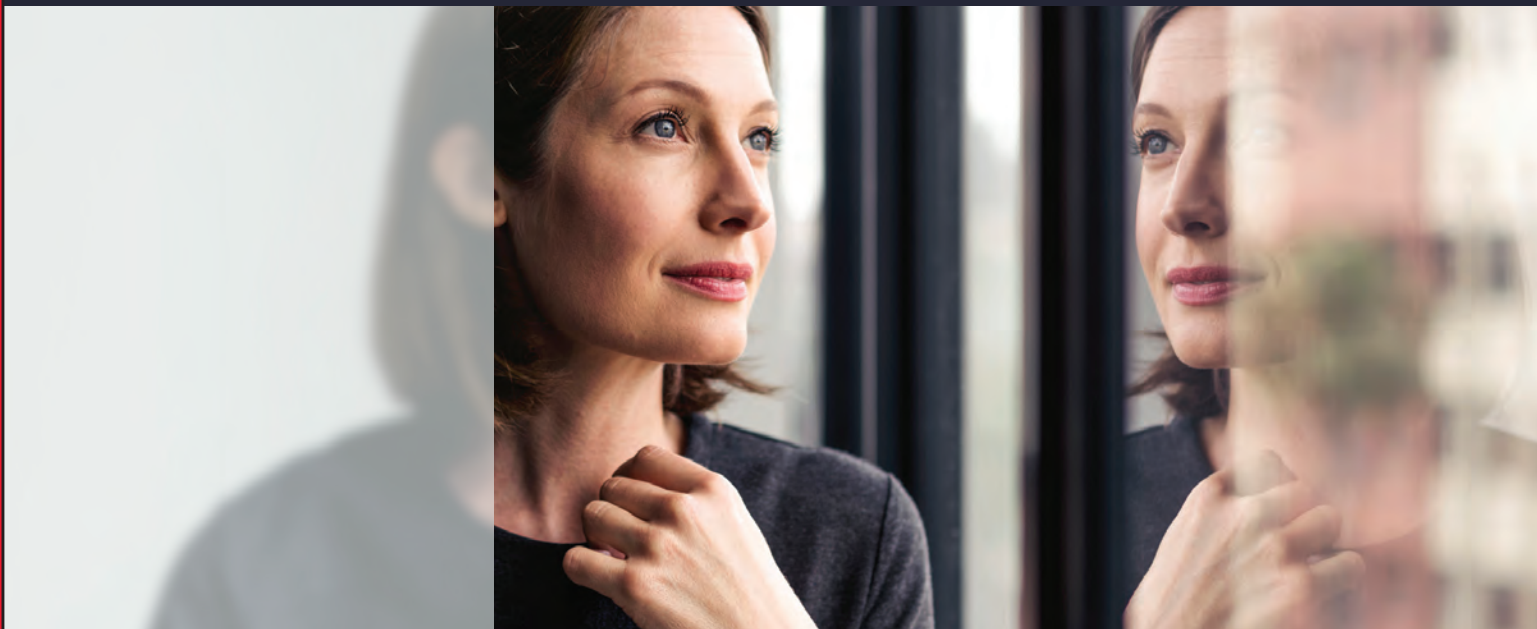
2 Taxa de inflação anual da Zona Euro, EuroStat

3 Taxa de juro real = taxa de juro nominal - inflação (Fonte ECB)

Nota: No segundo semestre de 2022 a taxa de juro real em várias economias avançadas tem sido negativa (dado que a inflação é superior à taxa de juro nominal dos três sectores institucionais - famílias, empresas não financeiras, e Estado).

4 Global Risk Report, 17ª edição, publicado em Janeiro de 2022 pelo World Economic Outlook.

AON



Make better decisions

With clarity and confidence.

Todos os dias, as grandes decisões são tomadas sem informação completa. As melhores decisões são tomadas num contexto completo. A informação, a experiência e Data Analytics da Aon dão-lhe a clareza de que precisa para proteger e fazer crescer o seu negócio.

Aon is in the Business of Better Decisions.

www.aon.com

Entrevista AON Patrocinador Platinum



Rui Guerreiro

Executive Director e Head of
Affinity da Aon Portugal

- **Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?**

Em primeiro lugar gostaria, em nome da AON, de felicitar a OROC e todos os seus membros por esta comemoração. É importante reconhecer o importante papel desta celebração, tendo em conta o papel importante que a profissão desempenhou nestes 50 anos de uma marcante evolução e transformação do país. É uma função que exige profissionais altamente qualificados e que atuam no tecido económico como um garante de isenção, fiabilidade e idoneidade. Fundamental para a credibilização da actividade económica e transparência da informação financeira na defesa do interesse público.

Na AON, há muito que temos uma relação estreita com a profissão, não só a nível local como também a nível global, sendo parceiros na gestão de risco específico da profissão e contribuindo para a segurança da actividade.

- **Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para a AON?**

Os últimos dois anos foram marcados pela pandemia de Covid-19 que afetou não só Portugal, mas toda a economia global.

Esta situação trouxe muitas incertezas e novas questões para as empresas e líderes organizacionais. Apesar de toda a novidade e adaptação a que essa situação exige, entende-se que foi algo gerido e aceite com grande sucesso, o que permitiu à empresa manter-se focada no serviço aos clientes. Poderíamos dizer até que permitiu estar mais perto dos clientes.

Para o sucesso da AON contribuiu, sem dúvida, a continuidade do plano AON United, o qual faz parte integrante da estratégia da Empresa e no qual assenta os pilares dessa estratégia.

Ao longo dos últimos dois anos, a AON Portugal manteve a sua trajetória de crescimento sustentado, tendo superado os cenários mais pessimistas face à conjuntura económica.

Este crescimento tem sido o reflexo da capacidade de retenção e obtenção de novos clientes. Um fator que tem sido muito importante neste crescimento é a aposta na inovação, mediante o constante desenvolvimento e disponibilização de instrumentos e soluções aos Clientes em Portugal, que vão ao encontro dos muitos desafios que as empresas e organizações portuguesas enfrentam na gestão dos seus riscos e do seu talento.

- **Sendo a AON um corretor com reconhecida experiência na área dos seguros de responsabilidade civil profissional, quais as principais notas que pode partilhar neste âmbito com os auditores e os ROC?**

À semelhança de muitas outras profissões liberais também os auditores e os ROC estão, desde há alguns anos a esta parte, sujeitos a um maior escrutínio das autoridades, dos seus pares do público em geral. Escrutínio esse que, inevitavelmente, se faz acompanhar de uma crescente litigância, tenha a mesma suporte ou não.

Consciente desta realidade, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas tem, ao longo do tempo, procurado desenvolver com a

AON um trabalho de procura de soluções e melhoria das condições contratadas no mercado segurador.

No atual contexto, a parceria com o mercado segurador é realmente fundamental na medida em que só desta forma se assegura a correta transferência do risco da vossa atividade e, como infelizmente bem sabemos, as ações judiciais tendem a prolongar-se no tempo, pelo que o alinhamento da estratégia de defesa judicial com o mercado segurador é a única forma efetiva e eficaz de proteção e salvaguarda dos interesses dos auditores e dos ROC.

- **Como é que a AON vê a evolução do mercado segurador na área dos seguros de responsabilidade civil profissional?**

Desde há alguns anos a esta parte, o mercado segurador nos chamados ramos técnicos – como a responsabilidade civil profissional –, está sujeito a um endurecimento sem precedentes, sobretudo fruto dos problemas sentidos nos mercados financeiros.

Assistimos, assim, a uma subida acentuada do preço deste tipo de seguros, acompanhado por uma retração na capacidade que está a ser disponibilizada pelo referido mercado, ou seja, no chamado *hard market*. O aumento do preço do seguro é um problema, mas acaba por ser ultrapassado por um problema maior: o mercado segurador não quer disponibilizar capacidade a preço nenhum e esta posição, vinda do topo das seguradoras e transversal para alguns ramos e atividades, não é ultrapassável. Volvidos quase quatro anos do início do *hard market*, vislumbrava-se pelo menos uma situação de alguma estabilização quando, confrontados com a Guerra na Ucrânia, se perdeu esse *momentum*. Neste contexto, e embora nunca deixando de explorar todas as opções possíveis, há que procurar reforçar as parcerias de longa duração no mercado segurador para atenuar os efeitos do *hard market*.

- **Quais os principais objetivos da AON para os próximos dois anos?**

O crescente aumento da volatilidade que as empresas, organizações e famílias enfrentam, neste momento, evidencia a necessidade de gestão de riscos de uma maneira mais sustentável. Para as empresas, esse deve ser um factor de competitividade crucial para as organizações e famílias um factor de bem-estar determinante.

A AON estará focada na gestão conjunta destes riscos com os seus clientes e parceiros, promovendo soluções de risco e *well-being* sustentadas e baseadas em princípios ESG (Ambiental, Social e Modelo de Governo).

Especificamente na área de *Affinities* e parcerias, queremos trabalhar conjuntamente com os nossos parceiros, criando propostas de valor para os seus membros e, no caso concreto das ordens profissionais, implementando sempre as melhores soluções de protecção que os mercados oferecem.

Tendo em consideração a resiliência já demonstrada pela AON, toda a envolvente e exigências actuais, em termos de negócio, encaramos o futuro próximo com bastante otimismo e potencial para um crescimento conjunto.

Os Desafios Tecnológicos – Auditor 4.0

Rui Ribeiro

INOBEST Consulting,
representante do Caseware® Working Papers™



Há já alguns anos que o termo Indústria 4.0 se difundiu. Este conceito traduz-se frequentemente numa quarta revolução industrial em que a automação foi complementada com um conjunto de tecnologias que só foi possível pela explosão da capacidade de computação.

As mais recentes alterações às ISA vieram apontar para uma maior necessidade de avaliar a eficácia dos controlos dada a abordagem independente entre o risco inerente e o risco de controlo. Isto implica um conhecimento do ambiente de controlo na generalidade e, em particular, do ambiente de TI, uma vez que grande parte dos controlos atua de forma automática incorporados em sistemas de informação transversais. Cada vez mais é exigido ao auditor a compreensão de como a informação flui na organização atravessando estes sistemas, até convergir nas demonstrações financeiras, incluindo a cada vez maior utilização de estimativas contabilísticas complexas. Estes sistemas tornaram-se mais complexos pela introdução destas novas tecnologias e, eventualmente, mais fiáveis. Um desses exemplos é a adoção da *Blockchain*, a qual irá substituir a curto prazo o registo tradicional das transações, incorporando a verificação e autorização por ambas as partes. Se por um lado o auditor tem de compreender esta tecnologia, por outro ganhará tempo, uma vez que certos riscos são eliminados e as respetivas respostas de auditoria tornam-se desnecessárias como é o caso das vulgares confirmações externas. Na abordagem aos processos de negócios e respetivos controlos, o auditor também se irá deparar cada vez mais com os dispositivos IoT (métodos de pagamento, sensores de localização, etiquetas RFID, etc.) que poderão recolher, armazenar e processar informação. Compreender como os dispositivos funcionam, que controlos possuem ou efetuam, não será suficiente. Num contexto de controlos gerais de TI é também preciso identificar como a entidade assegura o seu correto funcionamento e como impede o acesso não autorizado.

Numa outra vertente, a capacidade de utilização e análise de grandes quantidades de dados explodiu introduzindo concei-

tos como *Big Data*. Este facto veio permitir melhores processos de tomada de decisão, rápidas respostas, a adaptação da oferta de produtos e serviços a perfis de consumo individuais, entre outros, mas também a capacidade de detetar e prevenir a fraude pela análise de padrões de transações não usuais. Nesse sentido, as denominadas CAAT (*Computer-Assisted Audit Techniques*) deverão incorporar para além das capacidades que disponham até agora no tratamento de dados e nas amostragens estatísticas, este tipo de análise preditiva, identificando transações a analisar baseado em indutores de risco definidos pelo auditor.

A este cenário podemos adicionar tecnologias de *Machine Learning* em que certas atividades de menor valor (como por exemplo ler documentos) será substituído por ferramentas que não só obtêm a informação relevante dos documentos como identificam inconsistências a partir de conhecimento acumulado.

As competências ao nível do Excel™ passarão a ser insuficientes. O Auditor 4.0 terá de adquirir conhecimentos tecnológicos que poderão ir até linguagens de programação como R ou Python, as quais incorporam os conceitos até aqui referidos e que permitem a automatização dos testes de auditoria, incluindo a extração e tratamento de recorrente dos dados, com ganhos de eficiência na sua utilização.

Mas não será só ao nível das novas competências tecnológicas que o auditor se transformará. A forma de trabalhar remotamente que até agora era quase exclusiva dos profissionais das áreas das TI's sofreu uma democratização no decurso da pandemia da COVID-19. Com isto surgem desafios ao nível da utilização de ferramentas colaborativas e de comunicação, quer na interação com as entidades auditadas, quer ao nível da coordenação das equipas de auditoria.

Não obstante as normas de auditoria preverem o recurso a peritos para matérias mais complexas, parece inevitável que o auditor 4.0 seja cada vez mais um profissional com um forte conhecimento das tecnologias de informação, o qual irá contribuir, certamente, para trabalhos de melhor qualidade.

NEW TIMES DEMAND NEW APPROACHES

Auditoria . Consultoria . Tax . Outsourcing . IT

AUDITORIA . ASSESSORIA FISCAL . CONTABILIDADE
INCENTIVOS . INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS . AVALIAÇÃO
COMPRA E VENDA DE EMPRESAS (M&A) . DUE DILIGENCES
REESTRUTURAÇÕES EMPRESARIAIS . FAMILY BUSINESS
GESTÃO DE RISCO . FORENSIC SERVICES . FORMAÇÃO
INFORMAÇÃO DE GESTÃO . DATA STRATEGY
IT SOLUTIONS - PRIMAVERA PREMIUM PARTNER
RISCO TECNOLÓGICO . AUDITORIA A SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
CIBERSEGURANÇA . DATA ANALYTICS . TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

40
ANOS

Entrevista BDO Patrocinador Platinum



- **Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?**

Nestes primeiros 50 anos, a profissão teve (tem) por missão essencial servir o interesse público, exercendo a sua atividade com base, por um lado, em objetivos como a credibilidade, o profissionalismo, a qualidade dos serviços e a confiança e, por outro, em princípios como a integridade, a independência, a responsabilidade, a competência, a legalidade e o sigilo profissional.

Durante este primeiro meio século de existência, a profissão tem sido capaz de responder com sucesso aos desafios colocados pela evolução da economia e das empresas portuguesas, mesmo em períodos de maiores dificuldades causados por várias crises económicas internacionais e nacionais e, mais recentemente, pela crise pandémica e pela guerra na Ucrânia, permitindo que a profissão seja reconhecida e valorizada pelos vários *stakeholders*.

Neste âmbito, consideramos ser muito significativo que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) tenha escolhido para o seu XIV Congresso, a realizar no próximo mês de novembro,

o tema “50 anos - Uma profissão para o País”, reafirmando a relevância e a importância da mesma para o interesse coletivo subjacente à credibilidade dos exames das demonstrações financeiras de empresas e de outras entidades.

- **Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para a BDO?**

Fazemos um balanço muito positivo destes últimos dois anos para a BDO, apesar das várias vicissitudes que foi necessário ultrapassar, quer ao nível da organização, quer ao nível pessoal de cada um dos nossos colaboradores.

De facto, todos fomos surpreendidos pela pandemia e pelo âmbito e profundidade dos respetivos efeitos na economia mundial em geral e na economia portuguesa em particular. O mesmo se poderá dizer da mais recente crise relacionada com a invasão da Ucrânia pela Rússia. A conjuntura adversa constitui um desafio que enfrentámos e superámos, salvaguardando os níveis de qualidade dos nossos trabalhos face a um período com grandes restrições e com grande instabilidade. Podemos estar orgulhosos do trabalho realizado.

Para o nosso sucesso durante este período muito desafiante, muito contribuiu a rápida e atempada adoção, pela rede internacional BDO, do programa “*Rethink*” que consistiu numa estrutura global de reforço da posição da BDO como organização global e de aumento das nossas ofertas de serviços. O programa incluía três estágios: Reação, Resiliência e Realização, e providenciou orientações às firmas-membro da rede internacional BDO sobre a salvaguarda e manutenção das operações e sobre como ter sucesso no contexto do “novo normal”, compartilhando experiências.

Para a nossa superação dos vários desafios, muito contribuiu o desenvolvimento e a implementação de novas ferramentas e soluções integradas de tecnologia de ponta, que nos têm permitido trabalhar cada vez com mais eficiência, eficácia e qualidade.

- **Qual tem sido o impacto das novas tecnologias na vossa atividade?**

O ambiente regulatório da auditoria e da revisão de contas é cada vez mais abrangente e rigoroso. Por outro lado, os Clientes são cada vez mais exigentes relativamente à prestação de serviços tempestivos, com qualidade e com valor acrescentado. Assim, temos vindo a desenvolver e a implementar ferramentas e soluções integradas de tecnologia de ponta, que nos permitem trabalhar cada vez com mais eficiência, eficácia e qualidade. De facto, os benefícios resultantes da utilização de novas tecnologias são muitos, mas as novas tecnologias requerem investimentos significativos e uma permanente atualização. Ainda assim, o caminho que temos vindo a percorrer com o desenvolvimento e a implementação de novas ferramentas e soluções tecnológicas não tem alternativas: é um imperativo do nosso mercado, acompanhando o desenvolvimento dos nossos Clientes.

A utilização de novidades tecnológicas (Inteligência Artificial, Robotização, ferramentas de *Data Analytics* e tecnologias baseadas em *Blockchain*) irá permitir a substituição progressiva dos

procedimentos de auditoria “tradicionais”, baseados em revisões analíticas e amostragens, por procedimentos/ferramentas em que poderão ser analisadas 100% das bases de dados, contribuindo significativamente para diminuir o risco e aumentar a segurança da informação financeira. Na prática, os trabalhos “rotineiros” de auditoria/revisão poderão ser assegurados por essas ferramentas, ficando para o elemento humano tarefas mais nobres como o julgamento profissional e a formação da opinião. As equipas de trabalho serão assim mais pequenas e com uma composição estrutural diferente das atuais equipas de trabalho, como por exemplo, equipas de trabalho multidisciplinares, com novas competências, com maior apelo ao sentido crítico de cada um dos seus membros e com preponderância das novas gerações (*digital natives*).

- **Quais os principais objetivos da BDO para os próximos dois anos?**

Os objetivos da BDO foram definidos tendo por base a nossa perceção sobre, entre outros, os desafios que se irão colocar à economia e às empresas, sobre o impacto das novas tecnologias, sobre novas exigências legais e regulamentares e, consequentemente, sobre o que antecipamos para o futuro da nossa profissão.

A BDO tem por objetivo continuar a crescer, sustentada na crescente qualidade dos serviços que prestamos e da forma como os prestamos. Para tal, concluímos recentemente um processo de reforço da nossa estrutura, por um lado, de controlo de qualidade, de gestão de riscos e das matérias ligadas à independência e, por outro, dos nossos comités técnicos, dentro de uma perspetiva holística de *Risk and Quality Management*. Temos em curso um programa de Transformação Digital (Tecnologia/Digitalização/Segurança) que está a alterar profundamente a nossa organização e metodologias, o conjunto dos serviços que prestamos e a forma como nos relacionamos com os nossos Clientes e com os nossos mercados. Queremos estar mais próximos dos Clientes e dos mercados e ser cada vez mais rápidos a detetar oportunidades e a propor soluções. Queremos, em última análise, implementar uma Cultura Digital.

Outro dos objetivos da BDO centra-se nas cada vez mais difíceis tarefas de atração e retenção de colaboradores. Com o crescimento que a BDO tem conseguido e com o crescimento que projetamos, necessitamos, naturalmente, de mais colaboradores com competências cada vez mais diversificadas, numa conjuntura em que o mercado de trabalho dá sinais evidentes de escassez em vários domínios. Para este objetivo, reforçámos recentemente a nossa estrutura de gestão dos recursos humanos e implementámos um programa muito abrangente de *Staff Retention*.

A BDO pretende, assim, reforçar a sua posição como 5ª maior firma em Portugal, sendo de realçar que a rede internacional BDO não só manteve a sua posição como 5ª maior rede a nível mundial como aumentou a diferença face a outras redes, atingindo *fees* globais de cerca de 11 mil milhões de USD.

Entrevista Deloitte Patrocinador Platinum

A portrait of João Gomes Ferreira, a middle-aged man with short brown hair and glasses, wearing a dark blue suit, white shirt, and a red patterned tie. He is smiling slightly and has his arms crossed. The background is a blurred green wall with some indoor plants.

**João
Gomes
Ferreira**

Partner, Audit & Assurance
Leader na Deloitte Portugal

- **Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?**

De facto, nos últimos 50 anos, o nosso país (e o mundo em que se insere) evoluiu significativamente. Esta evolução refletiu-se, entre muitos outros aspetos, num aumento da complexidade e sofisticação das operações das entidades, dos normativos contabilísticos e de auditoria aplicáveis, e em certa medida na própria evolução das expectativas da sociedade quanto ao papel dos revisores/auditores. Mas existe um aspeto essencial que se mantém – a relevância de informação financeira credível para o mercado de capitais, a economia e a sociedade em geral.

E o papel dos auditores/revisores ao longo deste período foi, continua e continuará, certamente, a ser, fundamental, contribuindo decisivamente para promover o aumento da qualidade do relato financeiro das entidades e da informação prestada ao mercado, o aumento da confiança de todos os *stakeholders*, e consequentemente o melhor funcionamento da economia e dos mercados de capitais.

- **Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para a Deloitte?**

De facto, este período que atravessámos, desde o início de 2020, representou um dos períodos mais desafiante da história recente para as organizações, em Portugal e a nível mundial.

E o balanço, em retrospectiva, foi positivo. Durante a pandemia, mantivemos um foco constante no bem-estar e na segurança dos nossos colaboradores, e simultaneamente na manutenção de elevados padrões de qualidade na execução de serviços profissionais, nomeadamente os de auditoria.

A adoção de novas formas de trabalho nestas novas circunstâncias só foi possível graças à elevada resiliência e capacidade de adaptação demonstrada por todos os nossos profissionais e à nossa cultura e valores comuns. E, por outro lado, as nossas infraestruturas e os investimentos efetuados nos últimos anos na transformação digital da nossa atividade permitiram-nos uma adaptação rápida a um ambiente de trabalho predominantemente remoto.

Mas, para além da pandemia, o mundo não parou. Pelo contrário, a pandemia veio acelerar algumas tendências que já se vinham sentido – a digitalização, novas formas de trabalho e o aumento da relevância das novas formas de relato, nomeadamente sobre matérias não financeiras. Em todas estas áreas temos vindo a

desenvolver iniciativas com vista ao desenvolvimento da nossa atividade. E a nível global, a Deloitte tem vindo a divulgar o seu compromisso com a sustentabilidade ambiental, promoção de melhoria de *governance* das organizações e respeito pelos valores éticos e de diversidade.

- **Quais os principais objetivos da Deloitte para os próximos dois anos?**

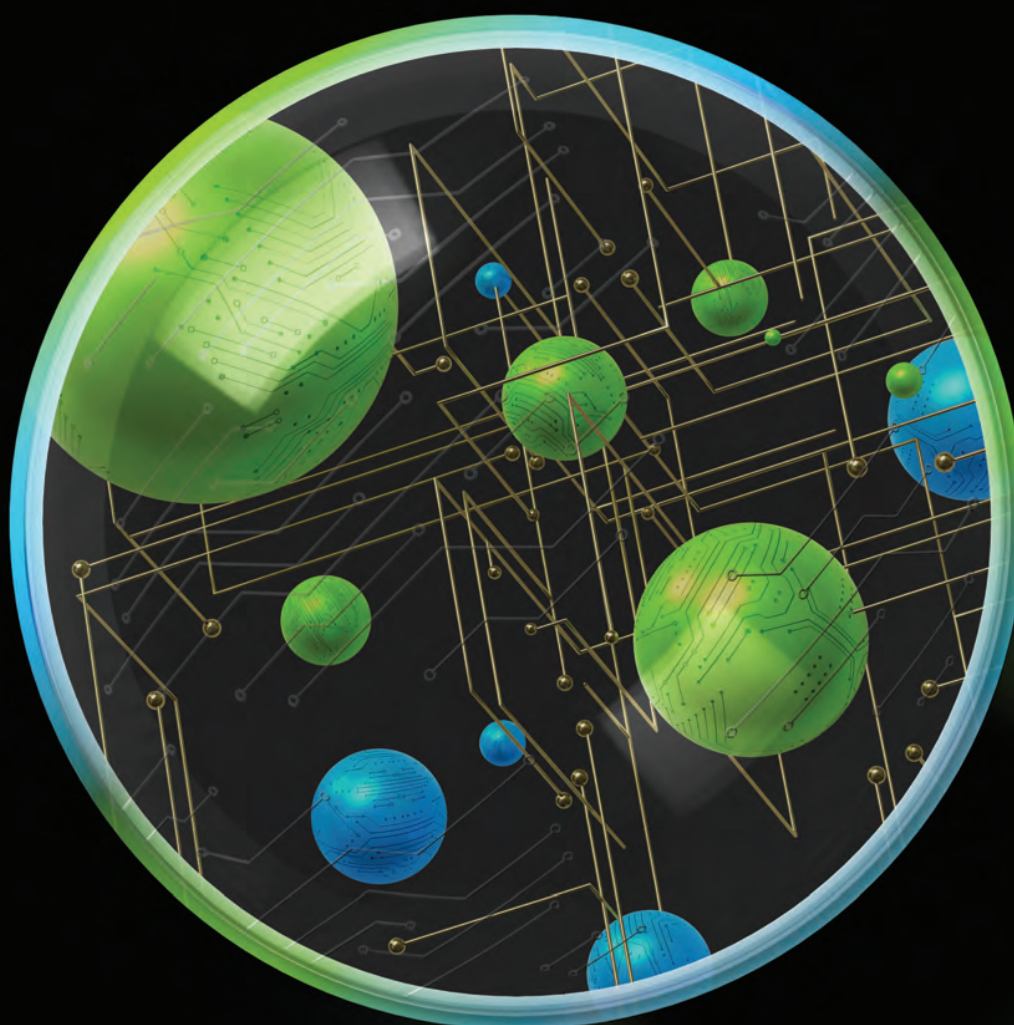
O objetivo da Deloitte é causar um impacto relevante na sociedade, nos nossos clientes e nas nossas pessoas. Na atividade de auditoria, este objetivo concretiza-se através da realização de auditorias de elevada qualidade, na defesa do interesse público inerente ao exercício da nossa profissão.

Nos próximos anos, continuaremos e aprofundaremos o nosso processo de transformação da atividade de auditoria, reforçando o investimento em tecnologia, fundamental para acompanhar o desenvolvimento das operações das entidades que auditamos, melhorar a experiência das nossas equipas, e prosseguir o objetivo de melhoria contínua da forma como realizamos as nossas auditorias. Nesse aspeto, a implementação da *International Standard on Quality Management (ISQM) 1* representa um desafio, mas também uma oportunidade de robustecer ainda mais o sistema de controlo de qualidade interno, fundamental para a realização de auditorias de qualidade.

Por outro lado, continuaremos a investir nas nossas pessoas. A capacidade de atrair e reter os melhores talentos é fundamental para a sustentabilidade e o desenvolvimento da atividade de auditoria. Numa perspetiva global, é muito importante que todos os *stakeholders* contribuam para promover a manutenção da atividade da profissão para os novos profissionais.

As expectativas da sociedade em que nos inserimos, quanto ao papel dos auditores, estão em constante evolução. É importante que a profissão evolua para dar resposta a essas expectativas, mas também que esse processo seja acompanhado de uma consciencialização sobre o papel dos auditores/revisores na qualidade do reporte (financeiro, e não só), enquanto parte de um ecossistema que inclui diversos elementos, tais como as entidades, os seus acionistas, os órgãos de gestão, os órgãos de fiscalização, os sistemas de controlo interno, os reguladores e os supervisores. Mantemos o compromisso de continuar a colaborar com todos os *stakeholders* na discussão com o objetivo de reforçar a importância da atividade de auditoria para os mercados de capitais e o seu papel de interesse público. Assegurando, deste modo, uma profissão relevante para os próximos 50 anos!

People
Processes
Technology
Quality
Trust



www.deloitte.com/pt

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Deloitte.



Building a better
working world

Como podem
as empresas
contribuir para
a sustentabilidade,
e a sustentabilidade
contribuir para
as empresas?



Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta.
Melhor trabalha o Mundo.

Entrevista EY Patrocinador Platinum



**João
Alves**

Presidente do Conselho de
Administração da EY Portugal

- **Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?**

Estas cinco décadas de profissão coincidem com um período de acelerada abertura ao exterior, especialmente depois da adesão à União Europeia. Foi um período marcado pela internacionalização em massa das empresas portuguesas e por uma forte dinâmica de captação de investimento estrangeiro. Naturalmente, foi também um período marcado por algumas crises económicas, por vezes com impacto negativo para a imagem internacional do País e da economia nacional.

Ao longo de todo este período, os auditores e os ROC contribuíram de forma notável para a evolução do relato financeiro em Portugal, tendo estado claramente à altura da sua missão de serviço público. É importante salientar que o impacto da profissão na qualidade do relato financeiro se reflecte na alocação de crédito e na confiança nos mercados financeiros, alavancas essenciais do desenvolvimento económico.

- **Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para a EY?**

Para a EY, a incerteza e os desafios iniciais transformaram-se num enorme sentimento de orgulho pela forma como as nossas pessoas e a organização demonstraram resiliência e capacidade de adaptação a uma nova realidade. Assumimos desde o início da pandemia de COVID-19 a dupla responsabilidade de proteger os nossos colaboradores e de honrar os compromissos com os nossos clientes. Logo nos primeiros dias, em que passámos praticamente toda a organização para um modelo de trabalho remoto, vimos confirmada a aposta em tecnologia que já vínhamos a fazer há alguns anos. Com o passar do tempo, foi especialmente interessante ver a agilidade das equipas e dos clientes para encontrar formas de trabalho que permitissem continuar a assegurar qualidade na execução sem prejudicar a segurança das equipas. Entre momentos difíceis, em que muitos colaboradores e famílias foram impactados pela doença, e momentos de inovação, em que encontrámos novas formas de fazer mais e melhor, o balanço é claramente positivo.

- **Num mundo marcado pela “guerra pelo talento”, como é que a EY está a abordar o tema da atração e retenção de talentos?**

Este é um assunto muito importante, tanto para nós como para a generalidade dos nossos clientes. A nossa abordagem começa por promover a valorização do papel dos auditores e dos ROC, sensibilizando os jovens para a importância do serviço público associado à profissão e para o valor que um processo de aprendizagem intenso e uma forte exposição a clientes terá para a sua carreira profissional. Mas sabemos que estas mensagens só são captadas porque damos o exemplo, investindo de forma clara na nossa prática de auditoria alinhada com o moto da EY – *“building a better working world”*.

Desde há muitos anos que temos vindo a apostar na qualidade dos nossos recursos, tanto pela promoção de talento interno como pelo recrutamento de profissionais experientes. Complementamos a aposta em talento com fortes investimentos em tecnologia, aumentando a robustez dos trabalhos e permitindo ao

auditor focar-se em tarefas de valor acrescentado, que exigem maior julgamento profissional. Adicionalmente, os nossos colaboradores estão cada vez mais expostos a um ambiente de trabalho internacional, sendo envolvidos em trabalhos noutros países que os ajudam a crescer pessoal e profissionalmente, e que promovem a adoção contínua de boas práticas.

Esta nossa aposta tem vindo a revelar-se merecedora da confiança de muitos clientes, incluindo líderes sectoriais e grandes grupos internacionais. E este é também um dos nossos grandes diferenciadores na luta pelo talento: a exposição que os nossos colaboradores têm a empresas sofisticadas, com relatos financeiros complexos e com as quais se consegue uma aprendizagem acelerada e se sente o que significa trabalhar entre os melhores do ramo.

- **Como é que a EY vê o futuro da profissão?**

Acima de tudo, com o sentido da responsabilidade do serviço de interesse público prestado por auditores e ROC. A nossa preparação para as exigências futuras da profissão foca-se em três eixos:

- Uma aposta contínua na formação e nas competências das equipas de auditoria, continuando a aprofundar o modelo que já aplicamos de as fazer acompanhar de especialistas em tecnologias de informação, cibersegurança, fraude, matérias fiscais, atuariado e avaliação, entre outras, permitindo ao auditor focar-se nas matérias críticas;
- Uma preocupação constante com a qualidade, assente na formação, num esforço contínuo de revisão interna e no alinhamento com as diretivas do regulador;
- O reforço do investimento em tecnologia, evoluindo para um processo de auditoria em contínuo, que dá ao auditor maior capacidade de identificar situações anómalas e de se focar nos riscos críticos de auditoria.

O reforço das competências em matérias relacionadas com as temáticas ESG, desde logo pela necessidade de certificação de indicadores nestas matérias, mas também para acompanhar as necessidades dos clientes nas respostas necessárias em resultado das alterações climáticas e de eventuais alterações regulatórias neste domínio.

- **Quais os principais objetivos da EY para os próximos dois anos?**

Por acreditarmos na importância da profissão, continuamos a apostar no crescimento do mercado de auditoria. No entanto, estamos atentos à evolução das necessidades dos clientes e preparados para lhes dar resposta. A partir de uma equipa inicialmente focada na revisão de relatórios de sustentabilidade, desenvolvemos um extenso conjunto de competências em todas as matérias relacionadas com alterações climáticas, sustentabilidade e relato não-financeiro, já com provas dadas em projetos complexos. Estamos também a reforçar a nossa prática forense e de integridade, em que tanto temos a capacidade de investigar casos de suspeita de fraude ou corrupção, nos nossos clientes, como de ajudar os clientes a desenhar processos e sistemas que previnam estas situações, bem como a assegurar o cumprimento de obrigações legais, nomeadamente, os Regimes Gerais em matéria prevenção da corrupção e da protecção de denunciantes, que entraram em vigor em junho de 2022.



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

PRÉMIO GASTAMBIDE | FERNANDES

A ORDEM DOS REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

LANÇOU UM PRÉMIO BIENAL QUE SE DESTINA A
GALARDOAR OS TRABALHOS ORIGINAIS NO ÂMBITO
DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL E AUDITORIA.

Para mais informações, consulte o regulamento integral em
www.oroc.pt



Prémio Gastambide Fernandes

O Prémio Gastambide Fernandes é uma iniciativa do Conselho Diretivo a que preside Virgílio Macedo e pretende homenagear o Homem, o membro, o profissional de excelência e o amigo, que foi um marco para o desenvolvimento da profissão de revisor oficial de contas e auditor em Portugal.

A criação deste prémio visa recordar e celebrar a obra e a dedicação de Gastambide Fernandes reconhecido pelo seu trabalho em prol da profissão revisor/auditor e figura ímpar e incontornável ao longo da sua carreira.

O prémio destina-se a galardoar trabalhos originais em língua portuguesa cuja temática seja desenvolvida no âmbito da Contabilidade Internacional quer na sua vertente da aplicação da contabilidade ou na sua vertente de auditoria.

O Prémio vai ser entregue pela primeira vez, no dia 5 de novembro, na sessão de encerramento do XIV Congresso da OROC, e perante centenas de colegas e amigos.



Octávio de Brito Gastambide Fernandes nasceu a 3 de outubro de 1927 na cidade de Lisboa. Inscreveu-se na Câmara dos Revisores em 1973 tendo sido atribuído o número de ROC n.º 93. Foi um dos fundadores da profissão e integrou vários Conselhos Diretivos durante mais de 30 anos. Acompanhou a Câmara dos Revisores desde 1978, integrando vários Conselhos Diretivos mas sempre, sem títulos atribuídos.

Foi amplamente reconhecido o relevante apoio técnico que deu à profissão em Portugal.

No âmbito da sua colaboração participou em inúmeros projetos significativos nomeadamente na tradução integral das Normas Internacionais de Auditoria que se tornou no referencial do

trabalho de auditoria, até aos nossos dias, para todos os revisores e auditores portugueses e de todos os que o acolheram além fronteiras.

Foi Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística, durante vários anos. Esteve envolvido em inúmeros projectos de elevada importância para o desenvolvimento da profissão em Portugal.

Durante 40 anos, serviu a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com grande dedicação à profissão, respeitando sempre os seus superiores. Visionário de certa forma, no caminho que trilhou no âmbito da auditoria.

Faleceu com 87 anos de idade, no ano de 2014.

Conhecido por ser um Homem sem grandes laços familiares nem descendentes, deixou parte da sua herança à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

O Prémio Gastambide Fernandes, lançado em março de 2022, visa recordar e celebrar a obra, a dedicação e o trabalho do Homem que consideramos um marco para o desenvolvimento da profissão de revisor/auditor em Portugal. A criação do Prémio com o seu nome, é uma iniciativa do atual Conselho Diretivo, presidido por Virgílio Macedo.

No XIV Congresso, a OROC atribuí pela 1.ª vez este Prémio, cumprindo a vontade e respeitando a memória de Otávio de Brito Gastambide Fernandes.

A história da Ordem, também é a história de Gastambide Fernandes.



Tipo de Serviços prestados

Auditoria, Consultoria e Fiscalidade

Ao longo da sua existência a Sociedade fez parte do órgão de fiscalização de centenas de entidades, dos mais variados setores de atividades e das mais diversas dimensões.

Tem desenvolvido trabalhos de auditoria internacional, quer como auditor local de filiais para efeitos da consolidação de Grupos, quer encabeçando a auditoria consolidada de Grupos Internacionais.

As nossas competências e experiência acumulada ao longo de mais de 40 anos, habilitam-nos a desempenhar as funções e as missões confiadas aos Revisores Oficiais de Contas:

Funções de Interesse Público

- Revisão Legal de Contas;
- Auditoria às Contas;
- Código das Sociedades Comerciais;
- Serviços relacionados com as funções anteriores;

Outros Serviços

- Consultoria fiscal, incluindo certificações para efeitos de IVA;
- Banco de Portugal;
- ASF – Autoridade Supervisão Seguros e Fundos Pensões;
- Consultoria Contabilística;
- Corporate Finance;
- Avaliação e Reestruturação de Empresas;
- Fundos Comunitários;
- Certificação de projetos de verificação de despesas;
- Formação nas Áreas Específicas de Atividade.

Sobre a empresa

A ORA foi constituída em 1981 e atualmente tem sete sócios, encontrando-se inscrita na **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)** sob o n.º 23 e registada na **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)** sob o n.º 20161381, como Auditora desde 1992. Dispomos de 3 escritórios em Portugal, situados em Lisboa, Porto e Leiria.

Visão e Missão

A nossa visão é acompanhar a evolução da envolvente, procurando uma constante atualização, numa perspetiva da cultura e tradições portuguesas, visando com ética e deontologia, desempenhar as funções e as missões que nos são confiadas de forma profissional, séria, credível, independente e procurando manter relações profícuas e de longo prazo, na defesa do interesse público, subjacente à credibilidade do exame às contas de empresas e outras entidades.

Organização

A organização da ORA assenta nos seus sócios, responsáveis pela gestão integral dos clientes e pela supervisão técnica dos trabalhos, coadjuvados por técnicos qualificados. A execução técnica e administrativa dos trabalhos é assegurada por cerca de 90 técnicos de auditoria, todos com formação académica superior e apurada formação contínua, sendo de salientar o desenvolvimento pela sociedade de um modelo informático de revisão/auditoria às contas (MRA).

A nossa Experiência

A experiência adquirida ao longo dos anos, aliada à capacidade de trabalho veiculada pelo grupo de técnicos da Sociedade, faz de nós o parceiro adequado para o desenvolvimento dos trabalhos que nos são confiados. A nossa principal preocupação é a satisfação das necessidades dos clientes de uma forma personalizada, eficiente e independente, o que significa servir melhor e acrescentar valor às organizações a quem prestamos serviços, cumprindo sempre os desígnios da profissão relacionados com o ceticismo profissional.

Ao nível de Consultoria, realizamos trabalhos de avaliação e reestruturação de empresas e consultoria fiscal e/ou contabilística em vários setores do tecido empresarial português, nos quais se incluem preparação de dossier de preços de transferência.

SEDE • HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 • F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt • E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO • CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 • F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE • NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



Oliveira, Reis & Associados, SROC, LDA. – Patrocinador Gold do XIV Congresso OROC



Crescimento sustentável impulsionado pela KPMG

O impacto das métricas **ESG (Environmental, Social and Governance)** está mais presente do que nunca. Na KPMG estamos comprometidos com o reforço da nossa oferta em prol da consolidação dos objectivos de desempenho sustentável das organizações – alinhando o reconhecimento da nossa responsabilidade em construir um mundo melhor. A *expertise* e o *empowerment* das nossas pessoas permitem-nos gerar mudanças mensuráveis de longo prazo, criando valor para todos os *stakeholders* na sua jornada sustentável, incluindo as comunidades em que estamos inseridos.



kpmg.pt

Entrevista KPMG Patrocinador Platinum



Paulo Paixão

Head of Audit & Assurance
da KPMG Portugal

- **Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?**

Os Revisores Oficiais de Contas (ROC) e auditores têm tido e continuarão a ter um papel fundamental na defesa do interesse público e na salvaguarda da qualidade da informação disponibilizada aos investidores e restantes stakeholders. Ao longo de 50 anos de profissão tem havido uma evolução na perceção do impacto dos auditores na sociedade e o seu papel na confiança no sistema, não obstante os incidentes ocorridos que enfatizaram o *expectation gap* entre o trabalho desenvolvido pelos auditores e a perceção/expectativa do público em geral. A valorização da profissão é fundamental para a competitividade da economia.

Não existem economias abertas e competitivas sem auditores valorizados que garantam a confiança dos agentes económicos. Adicionalmente, o papel das firmas de auditoria na formação do tecido empresarial tem sido indiscutível, nomeadamente gestores cuja carreira profissional teve início em auditoria.

É indiscutível o impacto positivo e o papel vital que desempenhámos. Não obstante, o futuro trará ainda maiores responsabilidades, nomeadamente na salvaguarda da confiança dos agentes económicos em organizações cada vez mais ágeis, mais complexas e menos previsíveis, onde o papel do auditor na verificação das ações, da informação e dos processos em matérias como o ESG ou a digitalização, é um alicerce fundamental para a estabilidade do sistema.

Penso que os primeiros 50 anos foram de uma evolução constante. Acredito que os próximos 50 serão ainda mais exigentes.

O País necessita que os ROC assumam um papel preponderante na revitalização do mercado de capitais, na verificação da utilização dos quadros comunitários, na transformação digital, na implementação de modelos de geração de valor económico, ambiental e social sustentáveis. Tais desafios exigem níveis de investimento sem precedentes, nomeadamente na atração, formação e retenção do talento, bem como, em recursos tecnológicos que permitam endereçar proactivamente as necessidades do mercado. Faço votos de que os próximos 50 anos nos tragam a capacidade de cooperação com os diversos agentes económicos, permitindo clarificar o papel dos auditores, a atuação ética e idónea, para que cada vez mais possamos valorizar e realçar o papel fundamental que o auditor desempenha.

- **Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para a KPMG?**

A KPMG, e outras entidades de serviços profissionais, especialmente em auditoria, passou por um conjunto de etapas, com especial destaque para o período referido. Desde logo a capacidade de garantir o funcionamento em modo remoto de uma organização que em Portugal conta com mais de 1.200 profissionais conectados em permanência. De seguida, foi necessário, numa profissão como auditoria onde a recolha de evidência, o contacto e a ligação diária com os clientes são críticas para a qualidade do trabalho, ajustar metodologias de trabalho, não só para ligar as equipas entre si como aos clientes. Tudo isto foi conseguido sem disrupções relevantes, mantendo a qualidade e eficiência do trabalho.

De referir que em simultâneo, desenvolvíamos o nosso processo de *Audit Quality Transformation* (AQT) que visa a implementação da nova norma ISQM1, *standard internacional* aplicável a todas as firmas de auditoria e que visa garantir a qualidade do processo de auditoria como um todo.

Por tudo isto, o balanço dos últimos dois anos foi positivo, na medida em que conseguimos salvaguardar as nossas pessoas, do ponto de vista de saúde, conseguimos continuar a dar resposta aos nossos clientes, potenciando um grupo de profissionais e uma capacidade de investimento ímpar no sentido de implementar as melhorias que consideramos necessárias para enfrentar este novo ciclo.

Neste momento, estamos a enfrentar os desafios da reconexão, ou seja, estamos a avaliar a melhor forma de atuar perante esta nova normalidade, em que assistimos a uma estabilização da situação mundial face à pandemia, enfrentando, no entanto, um conjunto de outros desafios não menos exigentes. Desde a atual ‘guerra’ de talento e pressão inflacionista, à readaptação do modelo de formação e capacitação *on-the-job* em formatos híbridos, à adoção de soluções tecnológicas, de inteligência artificial e machine learning, não esquecendo a atual incerteza económica mundial, para a qual KPMG não está imune.

- **Nos últimos tempos tem havido um debate sobre os modelos multidisciplinares das firmas de auditoria em função da decisão de uma das big four de separar o seu negócio de auditoria. Qual a visão da KPMG sobre o tema?**

Esse tema tem vindo a ser discutido pela KPMG há algum tempo, tendo presente aquilo que têm sido as visões partilhadas

por alguns países e reguladores internacionais. Não comentando as decisões de outras firmas, a posição da KPMG, reiterada pela liderança mundial, é de um claro compromisso com o modelo multidisciplinar. Consideramos que é o mais adequado para as nossas pessoas, os nossos clientes, o nosso negócio e para a economia. Consideramos que permite às nossas pessoas crescer e desenvolverem-se em várias áreas, dando-lhes oportunidades de carreira diversificadas. Para os nossos clientes, dá-lhes acesso a um conhecimento mais integrado e permite uma maior capacidade de inovação e investimento, respeitando as matérias deontológicas. Por outro lado, permite oferecer aos clientes acesso a uma gama de valências e experiência associado a um forte conhecimento dos sectores de atividade.

O modelo multidisciplinar tem sido a base do nosso sucesso ao longo de gerações e os nossos clientes esperam que a KPMG os possa apoiar nos seus desafios multidisciplinares, como são os desafios ESG ou transformação digital. No caso específico de auditoria, o modelo multidisciplinar permite olhar para o investimento em talento e tecnologia de uma forma mais sustentada, incorporando as necessidades e as capacidades de todas as áreas, ao mesmo tempo que permite utilizar o conhecimento multidisciplinar de temas complexos como D&A, inteligência artificial, *blockchain*, *cibersegurança* ou *cripto* economia, em benefício da qualidade e confiança nos resultados das auditorias.

- **Quais os principais objetivos da KPMG para os próximos dois anos?**

A KPMG Portugal pretende concluir a implementação dos processos que tem em curso para robustecer a capacidade da auditoria tanto em eficácia como eficiência, quer através da implementação da sua nova ferramenta de auditoria, como do aumento da utilização de ferramentas tecnológicas que permitirão manter a liderança da profissão.

Pretendemos igualmente continuar a investir nas nossas pessoas, enfatizando a cultura e os valores, mobilizando as pessoas em torno do propósito de inspirar confiança e promover a mudança. Continuaremos a potenciar as oportunidades de desenvolvimento e formação, encorajando uma vida equilibrada e flexível, que incentive a criatividade, dentro de equipas inclusivas, em que as pessoas sentem o seu contributo diário para a sua equipa, para os clientes e para a sociedade.

Acreditamos reunir condições ímpares para enfrentar o novo ciclo de rotação que se avizinha, reforçando a nossa liderança, não apenas na auditoria, mas também na prestação de serviços de *Assurance*, nomeadamente beneficiando do investimento global da KPMG, de USD 1,5 mil milhões em três anos, na formação dos nossos colaboradores, bem como na implementação dos objetivos ESG. Adicionalmente, pretendemos alargar a nossa presença no segmento das pequenas e médias empresas, criando soluções de Auditoria e *Assurance* que beneficiem o tecido empresarial, à semelhança do que acontece globalmente, como demonstra a nomeação da KPMG como finalista do prémio *Family Business Advisory Practice of the Year* da STEP. Nos próximos dois anos pretendemos solidificar a nossa capacidade e continuar a crescer sustentadamente, desempenhando o papel de defesa do interesse público, contribuindo para o crescimento e robustecimento da profissão em Portugal.

Novos Horizontes O ESG como pilar de base

Pedro Brinca

*Professor de Economia da Nova School
of Business Economics*



Hoje, à imagem de tantas outras dimensões da vida das pessoas, também o consumo está politizado. A escolha é uma arma de pressão económica e política que importa ter em linha de conta e que pode ditar o destino de muitas empresas e/ou produtos. Não obstante, é possível ir para atrás, bastante até, para encontrar exemplos. Em 1820, naquele que terá sido porventura um dos primeiros boicotes de consumidores na história, foi lançada uma campanha contra o açúcar que era produzido nas, então, Índias Ocidentais. O recurso a mão de obra escrava e as condições a que os trabalhadores eram sujeitos motivaram Elizabeth Heyrick a liderar um conjunto de iniciativas de sensibilização de consumidores e retalhistas.

Este tipo de iniciativas popularizou-se e o conceito expandiu-se do consumo ao investimento responsável. Nos anos 1960 surgiu a prática de investimento socialmente responsável quando se excluíam dos portfólios de investimento, participações em empresas que mantivessem relações comerciais com a África do Sul, em protesto contra o sistema de *Apartheid* em vigor no país à data.

O tema nunca esteve mais no centro das atenções. A título de exemplo, em 2018, a Burberry admitiu que destruíra produtos que não vendia de forma a manter o valor dos mesmos. Isto motivou protestos de muitos consumidores preocupados com o ambiente e levou a uma declaração da empresa de que iria parar com essa prática.

Ainda este ano, Miguel Milhão, fundador da Prozis, fez declarações polémicas sobre o direito à interrupção voluntária da gravidez nos EUA e as reacções não se fizeram esperar. Influencers e consumidores correram às redes sociais para protestar e anunciar o fim do seu relacionamento com os produtos da marca.

As próprias Nações Unidas em 2006, no seu relatório dos Princípios para um Investimento Responsável, ligava a adoção de critérios ESG (*Environment, Social and Governance*) a boa

performance financeira e, por essa altura, algumas entidades regulatórias começaram a exigir a inclusão de critérios ESG na avaliação financeira de empresas. Nessa altura, 63 empresas, compostas por proprietários de ativos financeiros e gestores de ativos entre outros, assinaram um acordo para a constituição de uma carteira de gestão de ativos que incluísse critérios ESG na sua constituição. Em 2020 eram mais de 2750 entidades que representavam mais de 80 triliões de dólares de ativos.

O senador dos EUA Sherrod Brown descreveu a lógica do que tem feito a adopção de critérios ESG uma dimensão tão crítica para a vida das empresas:

"Nós sabemos que quando as empresas ignoram riscos de longo prazo, trabalhadores, pequenos investidores e consumidores, todos pagam por isso. Mas não são apenas estes. Estas práticas prejudicam as próprias empresas. Estudos atrás de estudos mostram que os investidores que tem em linha de conta a maneira como as empresas afetam os trabalhadores, comunidades e o ambiente, tem melhor performance ao longo do tempo."

Mas com a ubiquidade do tema vieram também os abusos. A título de exemplo, vários grupos de ativistas fizeram recentemente manifestações em que diziam que cerca de 60% das pretensões em termos de sustentabilidade feitas por marcas da área da moda eram *greenwashing*, o termo usado para descrever anúncios de práticas de sustentabilidade que eram exagerados, falsos ou enganadores.

Neste contexto, uma vaga de fundo relativamente a uma definição mais precisa das práticas ESG, maior transparência e ao mesmo tempo maior fiscalização, começou a surgir, mesmo por parte de instituições como a Securities and Exchange Commission, o equivalente à nossa CMVM, mas nos EUA. As organizações vêm-se a braços hoje com uma realidade que lhes exige que seja claro e transparente qual a performance que têm na dimensão ESG.

Artigo de Opinião

Nesse sentido, o desenvolvimento dessa dimensão nas organizações exige que em primeiro lugar se perceba a vantagem estratégica desta opção. Um comunicado de imprensa recente da EY cita um estudo em que diz que 91% dos investidores têm em linha de conta critérios de performance não financeira nas suas decisões de investimento. 71% dos trabalhadores à procura de emprego, fazem-no favorecendo empresas que sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, segundo o Institute for Business Vale. O mesmo instituto diz que 54% dos consumidores estão disponíveis a pagar mais pelos mesmos produtos se estes forem produzidos de forma sustentável.

Em segundo lugar, é preciso fazer um benchmark ao estado atual da organização nas dimensões de ESG andes de se poder traçar um caminho para onde se quer ir. Dependendo do setor, geografia ou tipo de operações em que a organização se insere, a importância de diferentes critérios ESG será também ela diferente e relevante para os seus stakeholders.

Uma vez feito esse diagnóstico inicial, importa que a definição dos objetivos seja:

1. Específica: O que irá a organização fazer? O que precisa de ser alcançado? Quem vai ser responsável por isso? Quais os passos a dar para o atingir?
2. Mensurável: É preciso definir métricas de performance para poder avaliar-se desempenho.
3. Viáveis: Não faz sentido definir objetivos irrealistas cuja frustração em os atingir pode contaminar o próprio processo.
4. Relevante: De que maneira os objetivos ESG que foram definidos estão ligados à estratégia global da organização?
5. Em tempo útil: Qual a timeline de implementação?

A adopção de práticas ESG hoje, mais do que uma expressão de cidadania consciente por parte dos líderes das organizações nas suas práticas de gestão, é uma forma de assegurar a sustentabilidade financeira e comercial da organização no longo prazo, protegendo-a dos riscos que uma sociedade – consumidores, reguladores e investidores – cada vez mais alerta às questões ambientais, sociais e de governança põe.

ASD QualityManagement

Software cloud para a
Gestão de Qualidade da sua Firma.

www.asdaudit.pt

Solicite uma demonstração personalizada
através do **+351 21 795 11 23**
ou info@asdaudit.pt



CONFIGURAÇÃO DA FIRMA, RESPONSABILIDADES, CATEGORIAS E PESSOAL

Admite a gestão para uma ou várias Firmas. Permite gerir os recursos da sua Firma, possibilitando a criação de categorias, responsabilidades e controlo de acessos.



ANÁLISE AUTOMÁTICA DA INDEPENDÊNCIA

Configure a Independência do pessoal da Firma em relação a clientes e relacionadas. Obtenha verificação automática das possíveis ameaças à independência.



GESTÃO DE PROPOSTAS E PROJETOS

Faça desde o primeiro momento a gestão de todas as fases do seu negócio, desde a gestão de propostas, criação de orçamentos e projetos.



GESTÃO DE EQUIPAS DE TRABALHO E RECURSOS

O software permite atribuir pessoas ao projeto, de acordo com a sua categoria profissional e experiência, permitindo criar visitas e tarefas automaticamente.



ACEITAÇÃO E CONTINUAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS COM OS CLIENTES

Avaliação do risco de Aceitação do Trabalho e de Branqueamento de Capitais na preparação da proposta e durante a execução do projeto, incluindo questionários e cálculo de risco.



ATRIBUIÇÃO DE TAREFAS, TEMPOS E GASTOS POR PROJETO E UTILIZADOR

Pode atribuir e receber tarefas que se registam nas agendas dos utilizadores, imputando horas e gastos que se acumulam no projeto, após aprovação.



COMUNICAÇÕES COM PARTES EXTERNAS

Pode realizar as comunicações com os clientes, dando-lhes acesso privado à sua área de Clientes para que enviem a informação solicitada de forma rápida e segura.



Powerful solutions for auditors.

ASD Auditing
Software
Distributor

Av. António Serpa, 32, 9C
1050-027 - Lisboa
+ 351 21 795 11 23
info@asdaudit.pt

Auditing Software Distributor – Patrocinador Gold do XIV Congresso OROC

Entrevista Mazars Patrocinador Platinum



José Rebouta

Partner, Audit & Assurance,
co-Head of Industry & Services
da Mazars Portugal

- **Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?**

Nas últimas décadas o mundo evoluiu para um mercado global informado, com consumidores exigentes e sofisticados, colaboradores preparados, centros de competências partilhados, formas distintas de organização do trabalho, *shareholders* influentes... tudo isto contribuindo e exigindo uma melhor *corporate accountability*. Este paradigma é ainda influenciado por uma opinião pública exigente e reguladores ainda mais vigilantes, com adicionais exigências em termos de conteúdo e relevância da informação financeira e da informação não-financeira. Trata-se de uma evolução positiva e o desafio é que permaneça equilibrada e responsável.

As empresas são um poderoso motor de criação recorrente de riqueza e mobilização de recursos e é decisivo para o ciclo de confiança que o compromisso de toda a comunidade – empresa e *stakeholders* – seja mantido e monitorizado. A missão do ROC inscreve-se em servir o interesse da comunidade, contribuindo para este ciclo de confiança, através do contínuo fortalecimento da contabilidade e do relato financeiro e auditoria, pela adesão a normas profissionais robustas e de elevada qualidade, impul-

sionando a convergência internacional das mesmas e manifestando-se em assuntos de interesse público onde os conhecimentos da profissão são relevantes para o desenvolvimento de empresas e economias fortes.

Um ROC deve estar consciente do seu papel, praticá-lo com orgulho, humildade, competência e dimensão, integridade e consciência. Isto faz-se com comprometimento pessoal muito forte, no respeito das regras e normativos, no desenvolvimento de indivíduos e de equipas que formam as suas estruturas profissionais, da necessária adesão a valores comuns e regras de conduta. Um bom ROC e uma boa firma de auditoria estão comprometidos com valores de integridade, transparência e competência.

As funções de interesse público desempenhadas proporcionam aos ROC contribuir para a confiança aos utilizadores da informação financeira, com narrativas claras, completas e adequadas, importantes para a tomada de decisões.

Sabemos que a forma de proteger o interesse público é desenvolver, promover, atuar com consistência e atualidade dos valores exigindo, com base nas normas reconhecidas internacionalmente, a credibilidade da informação sobre a qual os investidores e toda a comunidade dependem e baseiam as suas expectativas e decisões. Um papel que se tem provado crítico no contexto económico e social atual. O plano de comunicação e de informação ao ecossistema completa a missão.

- **Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para a Mazars?**

É verdade que a barra está colocada em ponto alto, mas sempre esteve e estará. O mercado está a passar por um momento decisivo: as expectativas dos clientes estão a mudar, a tecnologia dá adicional capacidade aos profissionais e o foco está em consolidar a qualidade e a confiança, apresentando soluções que garantam eficiência, qualidade, recorrência, retenção de talento, sustentabilidade e o crescimento das organizações.

Hoje, as expectativas em relação às empresas vão para além do desempenho financeiro e o papel dos ROC vai cada vez mais além da transparência financeira. Neste contexto, a missão principal de uma firma como a Mazars nunca foi tão premente, reafirmando o compromisso no posicionamento de marca de desempenhar o seu papel, como auditores e consultores de referência, para ajudar os clientes a transformarem-se com vista ao crescimento sustentável.

A Mazars conquistou, em 2021, relevante posição no mercado de auditoria, fiscalidade e consultoria em Portugal. Os resultados obtidos estão alicerçados num plano estratégico de crescimento e diversificação da oferta e valorização da qualidade, num mercado em que a confiança é e continuará a ser um fator decisivo. O modelo de negócio da firma e o *delivery* ao ecossistema faz-se através da ampliação de produtos inovadores, que se inscrevem na qualidade e contributo de equipas especializadas.

Numa perspetiva de maximizar a capacidade e conhecimento das nossas Pessoas e responder a necessidades de flexibilidade e autonomia implementámos mais soluções digitais, centralizando a partilha de conteúdos e formações relevantes, desenvolvidos quer externamente por especialistas, quer pelas nossas equipas em todo o mundo.

A adaptação a novas questões exige um investimento em liderança, que na Mazars conta já com ações de reflexão *peer to peer*, *networking* entre gestores e troca de melhores práticas, formação/treino/inspiração através de ferramentas de gestão de pessoas, acompanhamento individual a todos os participantes, reflexão pessoal e autodesenvolvimento através da utilização de ferramentas de *self awareness*, entre outras iniciativas numa ótica de capacitação de talento.

- **Que transformações podem vir a moldar o papel da profissão e a acrescentar-lhe novo dinamismo?**

Entendemos que a opção por mecanismos que potenciem a diversidade é relevante. É importante dar adicional resposta à questão da qualidade da auditoria permitindo maior diversidade e investimento das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas. O não acolhimento do modelo de Auditoria conjunta (*joint audit*) é, sem dúvida, no nosso entendimento, o aspeto menos conseguido da transposição da diretiva para o mercado nacional. Se a opção está inscrita no regulamento europeu, porque não foi acolhida em Portugal? Opção não é obrigação. A própria Comissão Europeia reconhece, no texto legislativo, que a nomeação de duas sociedades de revisores oficiais de contas reforça o ceticismo profissional, a nossa capacidade de questionar e contribui para a qualidade da auditoria. E diz mesmo que as entidades de interesse público – estamos a falar das várias entidades do setor financeiro, das cotadas ou que tenham valores mobiliários cotados, por exemplo – deveriam ser incentivadas a nomear mais que um auditor. E por isso, não entendemos porque não foi

criada, até agora, esta opção em Portugal. Uma empresa nacional que queira ter a iniciativa de nomear um segundo revisor oficial de contas, simplesmente não pode, porque o enquadramento regulatório em Portugal não lhe permite.

A verdade é que não somos só nós a considerar que a adoção da *joint audit* pode ser muito positiva para o mercado. No final de março, o ECOFIN emitiu uma opinião no sentido de apoiar o desenvolvimento desta área do negócio e a diversificação do mercado, para permitir adicional investimento dos atuais players e o surgimento de novos players. Esta posição estaria subentendida com a Reforma Europeia de Auditoria de 2016, mas agora fica reforçada.

- **Em que medida se integra a transformação digital da profissão numa visão global do serviço prestado?**

À atividade da Auditoria adicionam-se novos domínios com uma importância cada vez mais destacada, que incluem o digital e os processos de transformação associados a tecnologias emergentes, exemplo da analítica de informação e dados, da inteligência artificial ou da Internet das Coisas (IoT).

Este dinamismo acrescido desenvolve a exigência de especialização, sustentado em equipas dedicadas a áreas de intervenção como a digitalização, os *criptoativos*, a cibersegurança ou a sustentabilidade. Poder contar com Pessoas e equipas tecnicamente habilitadas e aptidões específicas é, hoje, um fator crucial à gestão, atração e retenção de talento no setor.

A tecnologia é zona de investimento necessária, que deve ser realizada em simultâneo com planos de desenvolvimento dos auditores e orientação na liderança e interação, de forma a garantir conhecimento e competências críticas e possibilitar uma resposta efetiva no que é o compromisso de ser ROC, desenvolvendo a profissão e assegurando a clara compreensão e confiança nos processos.

- **Quais os principais objetivos da Mazars para os próximos dois anos?**

O objetivo a médio-prazo da Mazars passa por manter o crescimento verificado ao longo dos últimos anos, solidificando o lugar conquistado no mercado português, enquanto se adapta a novas circunstâncias, quer em termos de recursos humanos e de tecnologia, quer de novas valências, garantindo uma oferta de serviços completa, diversificada, profissional e de elevada qualidade.

A implementação de um plano estratégico para os próximos anos reforça a intenção de continuar a acelerar a transformação da firma e fortalecer a sua posição de referência em dimensões complementares: oferecer uma perspetiva diferente nas áreas de auditoria, fiscalidade e consultoria; continuar a melhorar o serviço disponibilizado através de um leque alargado de soluções; e desenvolver o talento interno enquanto organização de conhecimento intensivo e escola de excelência.

A aposta no talento parece-nos crucial para os desafios que se apresentam à Auditoria, particularmente no que respeita à introdução do desafio tecnológico. A tendência de eliminação de trabalho de menor valor acrescentado aos processos, permitirá atrair gerações que pretendem um *work-life balance* diferente. O mundo da dedicação às tarefas tenderá a terminar havendo uma necessidade, cada vez maior, por parte dos colaboradores, independentemente da hierarquia ou função, em sentirem que fazem parte de algo que influencie o ecossistema empresarial, a economia e a sociedade em geral de uma forma positiva.



International scale, local roots.

Como firma independente de auditoria, fiscalidade e consultoria com raízes europeias e dimensão internacional trazemos uma alternativa à nossa profissão e aos clientes que procuram abordagens distintas.

Saiba mais sobre nós em www.mazars.pt

mazars



What's The New Equation?

Esta é uma nova forma de olhar o mundo.
Uma combinação única de pessoas e tecnologia,
capaz de alcançar resultados surpreendentes.

It all adds up to The New Equation.



pwc.pt/theneweuation

The New Equation tem a solução para si.
Leia o QR Code e saiba como...



Entrevista PwC Patrocinador Platinum



Ana Lopes

Assurance Lead Partner
da PwC Portugal

- Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas (ROC). Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?

A PwC está presente em Portugal há quase 70 anos, por via da Price Waterhouse e da Coopers & Lybrand, antes da profissão de ROC ser reconhecida.

Em 50 anos muito aconteceu neste país a nível, político, social e económico, e naturalmente, a profissão de ROC também evoluiu. Há, contudo, um papel que é fundamental no passado, no presente e no futuro - a credibilização do sistema económico e a criação de confiança em todos os seus stakeholders. Por isso é tão importante a qualidade do trabalho que fazemos e a própria credibilidade dos ROC, pois não podemos contribuir para a confiança dos mercados se não estiver associada à profissão uma imagem de credibilidade, independência e ética.

- Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para a PwC?

Estes últimos dois anos foram desafiantes para todos, mas felizmente deixaram-nos mais bem preparados para o futuro e fez-nos percorrer rapidamente um caminho que, noutras circunstâncias, iria demorar muito mais tempo a concretizar.

A pandemia demonstrou o verdadeiro valor do grande investimento que vínhamos a fazer nos últimos anos em tecnologia, que nos permitiu, em março de 2020, quando todo o país entrou em confinamento, que as nossas equipas tivessem imediatamente acesso a todas as suas ferramentas de trabalho e de documentação da auditoria remotamente. Juntando a isso a adaptação relativamente rápida à nova realidade de trabalho pela generalidade dos nossos clientes, permitiu-nos continuar a desenvolver o nosso trabalho e a cumprir as nossas funções com bastante normalidade.

Este período demonstrou que quase todo o processo de auditoria pode ser feito remotamente, coisa em que dificilmente acreditaríamos há três anos atrás, mas também que esta forma de trabalho torna difícil a identificação dos novos colaboradores com a sociedade onde trabalham ou a criação de relações entre equipas. Volvidos dois anos, reconhecemos que foi um período de muita aprendizagem e o modelo de auditoria no futuro já não voltará a ser igual aos anos anteriores à pandemia.

- **As alterações climáticas são um tema muito relevante para a Sociedade no momento atual. Qual a importância que este tema tem para a PwC e que desafios representa para as Empresas, em geral e para a PwC, em particular?**

Na PwC, acreditamos que a comunidade empresarial tem um papel chave neste contexto. Estamos determinados em dar o exemplo e sensibilizar para garantir o alinhamento de todos em torno deste objetivo. Por este motivo, estabelecemos um compromisso global - o “Net Zero 2030”. Por toda a network PwC, assumimos o compromisso de reduzir o nosso total de emissões CO2 para 50%, em termos absolutos, até 2030. Este aspeto inclui a introdução, a 100%, de energia renovável em todos os nossos territórios/escritórios, assim como melhorias de eficiência energética. Integra ainda a necessidade de reduzir para metade as emissões associadas a viagens de negócios e alojamentos.

Por outro lado, se pensarmos neste tema de uma forma mais global, e não exclusivamente no “E”/Environment, o ESG, para as organizações, não se trata apenas de uma responsabilidade acrescida, mas sim de uma mentalidade e de uma oportunidade de crescimento.

A PwC tem vindo a apostar, ao longo da última década, no desenvolvimento de uma equipa multidisciplinar altamente preparada para corresponder aos desafios ESG nas Organizações, que tem vindo a apoiar as Empresas em Portugal nestas matérias.

- **Em novembro de 2021, a Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre “Reforço de Qualidade do Reporte Financeiro”. De que forma a PwC vê esta iniciativa e o seu impacto para a profissão e a perceção sobre o papel dos ROC?**

Na nossa opinião, esta consulta foi uma iniciativa que demonstra o empenho da Comissão Europeia em identificar os problemas ao nível dos “três pilares” do reporte financeiro fiável e de qualidade: governo das sociedades, revisão legal de contas e supervisão, a fim de avaliar a eficácia da legislação existente e necessidades de ação futura.

Lamentamos, no entanto, que a referida iniciativa não tenha tido impacto mediático significativo e despertado maior interesse por parte dos diferentes stakeholders, nomeadamente no mercado financeiro nacional, que eventualmente possa ter visto nesta iniciativa um motor para um aumento de custos e potencial perda de competitividade do mercado face ambientes regulatórios menos adversos.

É nosso objetivo continuar a contribuir para o desenvolvimento da profissão e para um debate construtivo à volta da mesma. Há vários anos que o modelo de funcionamento da profissão de ROC é escrutinado e são discutidos modelos de funcionamento

diversos. Acreditamos que são necessários sistemas regulatórios de Governance, Reporte Financeiro e Auditoria que fortaleçam a confiança no mercado de capitais através de reporte financeiro transparente e fiável, reduzindo o risco de falência e fraude. Em nossa opinião, o caminho deveria passar por uma abordagem de “três linhas de defesa”, incorporando requisitos claros de governança corporativa, auditoria de alta qualidade e regulamentação coerente de todo o sistema, e não apenas uma discussão em torno do papel e responsabilidades dos ROC.

- **Quais os principais objetivos da PwC para os próximos dois anos?**

Os últimos dois anos foram muito desafiantes, mas acredito que os próximos dois também irão ter a sua quota de desafios e há objetivos que são claros para a PwC.

O primeiro desses objetivos é o de continuar a atrair e a reter talento, por ser uma atividade feita de pessoas e as Sociedades de ROC serem também um reflexo das suas pessoas. Num período pós-pandemia, em quase pleno emprego, o desafio de atrair pessoas para a profissão, que já se vinha a sentir há algum tempo, intensificou-se. É fundamental que toda a profissão se mobilize para transmitir uma imagem completa do que é a revisão e auditoria, que sendo regulada e com responsabilidades sobre permanente escrutínio público, é também uma profissão onde o nível de aprendizagem e crescimento profissional é muito intenso, com a possibilidade de conhecer diferentes atividades e entidades. Tudo isto em prol do “interesse público” para o bom funcionamento dos mercados e da economia.

Outro objetivo crucial é o permanente enfoque na qualidade do que fazemos, em diferentes vertentes, nomeadamente, o desenvolvimento, formação e preparação das nossas pessoas para as alterações em requisitos técnicos relevantes para a auditoria, na adaptação de novas metodologias e ferramentas às alterações dos normativos aplicáveis, na introdução de novas ferramentas tecnológica, mais eficazes e eficientes, e no aperfeiçoamento dos processos internos que garantam o cumprimento de todos os requisitos requeridos pelo regulador, pelas regras de independência e outras aplicáveis à profissão. É um trabalho contínuo e que nunca estará terminado. Estimamos, nos próximos anos, um investimento significativo ao nível das tecnologias e ferramentas de auditorias na PwC, adaptado aos desafios correntes e futuros, de forma a responder adequadamente aos riscos que se colocam às empresas, aos mercados e às auditoras, nomeadamente nos domínios de cibersegurança, continuidade de negócio, clima e sustentabilidade.

Por último, consideramos que o modelo de firma multidisciplinar contribui diretamente para a qualidade da auditoria. Equipas especializadas são regularmente utilizadas para lidar com riscos de auditoria de complexidade crescente. Na nossa visão, este modelo reforça também a resiliência adicional das sociedades de ROC e permite aos nossos colaboradores reunir experiências variadas e ricas que aumentam as suas competências e potenciam a atratividade da profissão.

O Futuro da Profissão de Auditoria

Avelino Antão

Revisor Oficial de Contas



O mundo empresarial e de informação financeira está-se a tornar cada vez mais digital e os suportes físicos tendem a reduzir substancialmente. O ritmo das mudanças e a necessidade dos mercados por informação tempestiva e de qualidade exigem do auditor uma adaptação que permita dar uma resposta firme no sentido de continuar a garantir e aumentar o grau de confiança dos destinatários da auditoria.

Tendo em consideração o aumento do volume de informação processado pelas empresas, bem como o nível de complexidade crescente num mundo globalizado e cada vez mais tecnológico, exige-se do auditor uma maior preparação ao nível da transformação digital, uma aposta firme em formação contínua e uma estratégia ativa na retenção de talentos, permitindo igualmente contribuir para o desenvolvimento da profissão e fomentar a sua atratividade.

A atividade da auditoria alicerçada na tecnologia da informação, além de utilizar os recursos de informática para auditar o próprio computador, também visam automatizar todos os processos de auditoria, o que ajuda substancialmente a profissão.

Em auditoria os recursos humanos são um dos fatores mais importantes para a qualidade do serviço a prestar aos clientes e consequentemente para o êxito e excelência do trabalho a desenvolver. Não é possível pretender o crescimento da profissão sem uma adequada **retenção de talentos**. Para tal é necessário promover o **envolvimento dos seus colaboradores** na tomada de decisão, e o desenvolvimento de sistemas que forneçam suporte para o sucesso de todos. Para tal é necessário implementar estratégias de reconhecimento, oferta de benefícios corporativos, flexibilidade e ações de integração no ambiente de trabalho promovendo assim a sua aculturação e corresponsabilização. Alguém que se sinta envolvido, que tenha um sentimento de pertença à equipa, esforçar-se-á na contribuição para o sucesso dos objetivos planeados, pois o sucesso da empresa será também um sucesso pessoal.

É imprescindível o investimento na formação contínua e, nos dias que nos esperam, é preciso investir fortemente na formação em tecnologias da informação (TI).

As TI são especialmente importantes para que os auditores possam trabalhar sobre a totalidade da informação e não

apenas sobre uma amostra. *“Inteligência Artificial não substituirá os auditores, mas os auditores que usam Inteligência Artificial substituirão aqueles que não usam”* (Bednarek 2018).

Temos de apostar em ferramentas específicas de automatização e análise de dados. Isto permite ter uma visão transversal dos riscos da actividade e do reporte financeiro dos clientes sendo um contributo decisivo para a confiança do mercado em relação ao papel dos auditores em particular.

Uma auditoria é por natureza uma revisão do passado. Mas os investidores não se preocupam apenas com o passado, mas também com o futuro. Auditoria não é apenas emitir uma opinião, deve trazer também valor aos seus clientes e contribuir para o seu crescimento, devendo fornecer mais clareza e visão sobre os riscos potenciais e perspetivas futuras das empresas.

A questão da confiança é fundamental, só possível através da melhoria da qualidade do trabalho adotando os mais elevados níveis de objetividade, independência, ética e integridade. É um caminho a percorrer, em conjunto com os reguladores. A qualidade da auditoria é fundamental para a confiança dos mercados, e consequentemente um contributo muito relevante para o reforço do desempenho da economia nacional, e complementarmente para o sucesso de uma profissão cada vez mais exigente e em constante desenvolvimento.

Muito trabalho nos espera e os tempos são de enorme preocupação. No ambiente de incerteza acentuado pela guerra e anteriormente pela pandemia, com o consequente aumento da inflação e dos juros a temática da continuidade assume atualmente especial relevância. Cada entidade deve adotar, com antecedência, um conjunto de medidas de resposta a uma possível perturbação da atividade, face ao grau de risco e afetação por eventos imprevisíveis. Porque quem tem de auditar a informação financeira, encontra-se perante o facto de ter de analisar, adequadamente, não apenas o passado, mas também o futuro.

Independentemente dos desafios que a adversidade e incerteza que vivemos, caberá ao Revisor Oficial de Contas exercer a sua profissão, não descurando os valores, com a **Integridade, Independência e Competência**.



O SOFTWARE PORTUGUÊS DE AUDITORIA

Tecnologia, competência e profissionalismo ao serviço da auditoria
A FACILITAR O PROCESSO DE AUDITORIA DIA APÓS DIA

ONLINE E INTEGRADO

Possibilidade de **todas as equipas** trabalharem à distância em **qualquer computador** ou **dispositivo móvel** sem perda de informação e gastos desnecessários de tempo

TODAS AS ETAPAS DA AUDITORIA

Questionários e programa de trabalho **totalmente configuráveis**

MAPAS DE TRABALHO

Automáticos, diversificados e dinâmicos

AMOSTRAGEM INTEGRADA

Com recursos às técnicas mais adaptadas à **auditoria Extrapolação**

APP SIPTA MOBILE

Inovação na recolha de evidência com o seu **smartphone / tablet**

PLATAFORMA DE CIRCULARIZAÇÃO INTEGRADA

Respostas automáticas nos processos **Utilização ilimitada**, sem custos adicionais
Conversão de respostas em moeda estrangeira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RÁCIOS

Criação automática | Evidência das diferenças
Composição detalhada dos saldos por rubrica
Informação automatizada das distorções de auditoria

CONTROLO DE QUALIDADE (ISQC)

Todo o processo e comunicações integradas
RCQ, RCQT, MCQ, ICQ

INTERAÇÃO COM A ENTIDADE AUDITADA

NOVO

Comunicações e Pedidos de Elementos

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

NOVO

Recolha Automática de Elementos Fiscais

Se tem perguntas, nós temos respostas, contacte-nos!



Peça a sua demonstração em:

www.sipta.pt
geral@sipta.pt
239 918 214

Desenvolvido por:



Entrevista SIPTA Patrocinador Platinum



Nuno Baptista

Founder Partner WIS4,
SIPTA Portugal

- **Este ano comemoramos os 50 anos da profissão de Revisor Oficial de Contas. Durante este tempo o país evoluiu significativamente. Qual o papel que mais reconhece aos auditores e aos ROC, durante este período?**

A profissão de Revisor Oficial de Contas, como profissional independente que é, tem tido um papel fundamental no interesse público, aumentando o rigor e a qualidade da prestação de contas das empresas e entidades auditadas. Efetivamente, os trabalhos de garantia de fiabilidade dos auditores trouxeram maior credibilidade e segurança à informação financeira prestada, principalmente nos últimos anos. Este facto também é reconhecido pelos mercados. Portugal, sem os 50 anos de trabalho destes auditores, certamente não seria um país melhor do que ora se apresenta.

Contudo, na nossa opinião, esse papel poderia ter um impacto mais significativo no mercado, caso todas as entidades obrigadas fossem auditadas e, eventualmente, se alargasse o mercado das entidades obrigadas.

O que acontece é que as microentidades representam mais de 88% do nosso tecido empresarial e as pequenas empresas cerca de 10% e, destas, estamos convictos de que não são muitas as que são auditadas.

Se considerarmos que as que atualmente estão obrigadas a auditoria supostamente têm melhores condições para prestar boa informação financeira e tal nem sempre acontece, podemos imaginar a qualidade da informação financeira que pode ser feita nas outras empresas e entidades, sem desconsideração do trabalho de qualidade de muitos contabilistas certificados, que também têm tido um papel muito importante.

- **Os últimos dois anos têm sido desafiantes para as pessoas e para as organizações. Que balanço faz deste período, em particular para o SIPTA?**

Apesar do mundo já se encontrar em transformação acelerada antes da Covid-19, o contexto pandémico que atravessámos nestes dois últimos anos veio reforçar a necessidade de inovar, de desenvolver a capacidade de resiliência e flexibilidade, contribuindo para que muitas pessoas e empresas dessem um salto de vários anos na valorização da tecnologia e da transição para o mundo digital.

A génese do SIPTA surge precisamente com base nesses pressupostos. O caminho que vem a ser trilhado desde 2010, sempre foi no sentido de tirar o máximo partido da tecnologia, para agilizar processos e procedimentos, de uma forma mais rigorosa, prática e segura.

O facto do SIPTA ser totalmente *on-line* e promover a desmaterialização dos processos, permite que se trabalhe a partir de qualquer computador ou dispositivo móvel, com acesso à internet, para além da total interligação com os demais elementos da equipa de auditoria, em tempo real.

Como é fácil de perceber, este cenário ganhou particular importância numa situação em que estávamos todos confinados e em que felizmente muitas empresas continuaram a laborar em regime de teletrabalho. As pessoas, as organizações e os auditores em especial, foram compelidos a alterar comportamentos e, no caso dos auditores, a rever técnicas de auditoria que estavam enraizadas desde sempre.

A referida desmaterialização dos processos e a necessidade de recurso a ferramentas informáticas potenciou o nosso mercado e, atualmente, os auditores reconhecem uma maior importância e necessidade de utilização de um software de auditoria com as características que o SIPTA apresenta.

Houve, pois, um amplo reconhecimento das mais valias do SIPTA e, consequentemente, um crescendo da posição do SIPTA no mercado.

- **Como define a WIS4 – Web Integrated Systems, Lda., a empresa que desenvolve o SIPTA?**

A WIS4 foi desenvolvida com o propósito de criar ferramentas tecnológicas para auditoria, com o trabalho conjunto de profissionais de auditoria e de outras áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento profissional, consistente e evolutivo do SIPTA.

O desenvolvimento do SIPTA resulta do trabalho de equipa desses profissionais e de entreajuda constante.

O SIPTA foi apresentado pela primeira vez no Congresso da OROC de 2010 e, desde então, tem vindo a aumentar sucessivamente as suas funcionalidades, com atualizações e inovações em diversas frentes.

As atualizações automáticas e lançamento de novas funcionalidades, muitas vezes disruptivas e inovadoras, são feitas com elevada regularidade, contribuindo as próprias ideias da equipa multifacetada que temos, bem como as sugestões dos nossos clientes.

Tem sido esse o propósito da WIS4, contribuindo para a melhoria das condições da profissão de Revisor Oficial de Contas / Auditor da melhor forma que conseguimos, criando e inovando.

- **Para além da Plataforma de Circularização, uma de várias funcionalidades inovadoras do SIPTA é o Módulo de Amostragem. De que forma é que o SIPTA contribuiu para o tema da Amostragem em Auditoria?**

Habitualmente, o auditor/revisor recorria às tabelas da AICPA para o cálculo da dimensão da amostra, avaliação e extrapolação respetiva.

O SIPTA veio revolucionar totalmente o processo de amostragem em auditoria, permitindo ao auditor, de uma forma extremamente rápida, fiável, sistemática e muito facilitada na ótica do utilizador, criar amostras estatísticas, com recursos aos métodos mais apropriados e atuais para o uso na auditoria.

Em conjunto com o nosso especialista, o Prof. Dr. José Dias Curto, implementámos de raiz todo o processo de amostragem permitindo ao auditor/revisor controlar e perceber todos os inputs e verificar os outputs.

A amostragem no SIPTA está em constante evolução, querendo com isto dizer que novos métodos estão a ser investigados e, depois de aceitação científica, serão desenvolvidos no SIPTA.

O SIPTA já inclui diversas utilizações para amostras estatísticas, como por exemplo para testes substantivos, testes aos controlos, inventários e confirmações externas.

É nossa convicção de que temos no SIPTA as melhores práticas de amostragem de auditoria, que podem ser utilizadas, de forma intuitiva, por auditores menos experientes nestas matérias, capacitando-os para a realização de um melhor trabalho ao serviço da auditoria.

- **Quais os principais objetivos do SIPTA para os próximos dois anos?**

Pretendemos continuar a inovar, ir ao encontro das necessidades identificadas pelos nossos clientes e que surjam, pela natural evolução das exigências associadas ao trabalho de auditoria. Diariamente, procuramos melhorar e desenvolver funcionalidades que tornem, cada vez mais, o trabalho do auditor mais eficiente e eficaz.

A procura constante em dotar o SIPTA de mecanismos que permitam simplificar o cumprimento com Leis e Regulamentos de Auditoria e Normas de Controlo de Qualidade é, para nós, assunto de extrema importância e onde alocamos recursos.

Queremos consolidar a posição do SIPTA como a ferramenta de auditoria de referência para os auditores portugueses e não só. Os nossos clientes ajudam-nos muito nesse propósito com o testemunho que vão dando a outros colegas. Os nossos clientes auditores são a nossa maior bandeira comercial. Da nossa parte, vamos procurando fazer o nosso papel, da melhor forma possível, continuar a criar, melhorar e inovar.

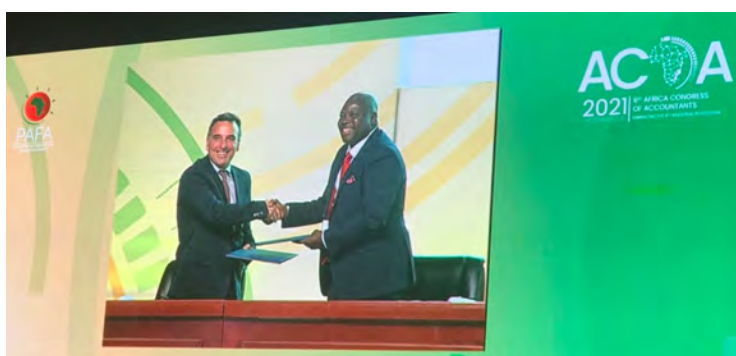
Com a colaboração com instituições de ensino superior e com as ações de formação periódicas, pretendemos também dar o nosso contributo na formação e melhoria dos técnicos, de forma a promover o aumento de qualidade do trabalho dos auditores. Não poderemos terminar sem abordar o tema da internacionalização, sendo que estamos a traçar o nosso caminho também nesse sentido.

Fotografias do Atual Mandato



Ordem dos Revisores Oficiais de Contas recebida no Palácio de Belém







PKF

**PASSION
TEAMWORK
CLARITY
QUALITY
INTEGRITY**

Global expertise with local knowledge

PKF
Patrocinador Silver do XIV Congresso OROC





A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e o Millennium bcp assinaram o Protocolo Vantagem Profissão, com benefícios em produtos e serviços bancários para todos os membros e associados. Desta forma qualquer membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas pode pedir junto do Banco a ativação da Vantagem Profissão. Para consulta na íntegra deste Protocolo consulte o site da OROC em ww.oroc.pt

ADIANTA SEMPRE VIR AO MILLENNIUM

Factoring e Confirming
Adiante o recebimento das suas faturas e o pagamento aos seus fornecedores.

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas
AQUI CONSIGO

Millennium bcp
Patrocinador Silver do XIV Congresso OROC





Contas Dupla Vantagem

Se quer mais, mude para o mesmo.

Pensada para colaboradores de empresas que têm protocolo com o novobanco, as **contas Dupla Vantagem** dão acesso a soluções vantajosas: disponibilização de cartões, operações gratuitas, descontos em seguros e condições especiais no crédito habitação.

Conheça todas
as vantagens
em novobanco.pt.

novobanco
Juntos fazemos o futuro.

Abertura de conta desde € 250. Comissão de manutenção de conta pacote: (1) € 2,50 ou € 5,00 com ordenado domiciliado a partir de € 600 na Conta 100% Dupla Vantagem ou desde € 1.500 na Conta 360° Dupla Vantagem; (2) € 2,00, € 5,00 ou € 7,50 sem ordenado domiciliado nas Contas Dupla Vantagem, 100% Dupla Vantagem ou 360° Dupla Vantagem, respetivamente. Aos valores apresentados, acresce Imposto do Selo.

Novo Banco
Patrocinador Silver do XIV Congresso OROC





Caseware Working Papers

Software de auditoria líder mundial

Com o futuro da profissão em mente, estamos a conectar todos os aspetos do workflow de auditoria.

Poderosa plataforma de gestão de documentos:



Working Papers
com tecnologia
SmartSync



Template de auditoria
em conformidade
com as normas



Caseware Cloud
com Colaboração
com o cliente

INOBEST Consulting

Distribuidores para Portugal, Angola e Cabo Verde
Contactos: 229 445 680 ou caseware@inobest.com
inobest.caseware.com

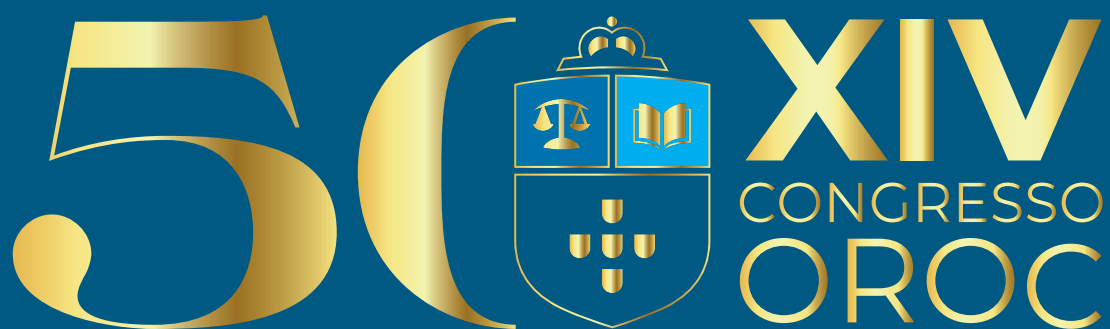
Caseware and the Caseware logo, are trademarks of Caseware International Inc. and are licensed for use to INOBEST Consulting, a Caseware Authorized Partner. © 2022. All rights reserved.

INOBEST Consulting / Caseware
Patrocinador Silver do XIV Congresso OROC









50 ANOS | UMA PROFISSÃO PARA O PAÍS




acd print

**A 1ª GRÁFICA EM PORTUGAL,
ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO
DE LIVROS, CATÁLOGOS,
REVISTAS, ETC.
A OBTER A
CERTIFICAÇÃO
DE COR FOGRA**

ProcessStandard
08 ISO 12647 22
certified
exp.
OFFSET

Com capacidade de produção de grandes e pequenos formatos, em offset e digital, merecemos a confiança de clientes de referência em áreas tão diversas, que vão de editores de revistas e livros, a agências de publicidade e museus, passando pelo sector empresarial.

www.acdprint.pt
geral@acdprint.pt
219 345 800

Obra gráfica: 2020_Paulo Amsel

LIVROS REVISTAS CATÁLOGOS BROCHURAS FOLHETOS CARTAZES POSTER FLYERS
CAPA MOLE CAPADURA VERNIZ LOCALIZADO COLAPUR COSIDO À LINHA COLADO
RINGWIRE CORTANTES ESPECIAIS IMPRESSÃO 3D OFFSET DIGITAL EMBALAGENS
CAIXAS VINIL LONAS PVC ACRÍLICOS MADEIRA SINALÉTICA EXPOSITORES

ACD PRINT
Patrocinador Silver do XIV Congresso OROC